

GUIÃO DE EDUCAÇÃO

Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário

Cristina C. Vieira (Coord.), Conceição Nogueira,
Fernanda Henriques, Fernando M. Marques, Filipa Lowndes
Vicente, Filomena Teixeira, Lina Coelho, Madalena Duarte,
Maria Helena Dias Loureiro, Paula Silva, Rosa Monteiro,
Teresa-Cláudia Tavares, Teresa Pinto, Teresa Toldy, Virgínia Ferreira



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros



ANOS | CIG
ATÉ À IGUALDADE

GUIÃO DE EDUCAÇÃO

Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário

Cristina C. Vieira (Coord.), Conceição Nogueira,
Fernanda Henriques, Fernando M. Marques, Filipa Lowndes
Vicente, Filomena Teixeira, Lina Coelho, Madalena Duarte,
Maria Helena Dias Loureiro, Paula Silva, Rosa Monteiro,
Teresa-Cláudia Tavares, Teresa Pinto, Teresa Toldy, Virgínia Ferreira

Lisboa, 2017



Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género
Presidência do Conselho de Ministros

Podem ser reproduzidos excertos desta publicação, sem necessidade de autorização, desde que se indique a respetiva fonte.

O conteúdo apresentado não exprime necessariamente a opinião da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género.

A conceção desta obra foi financiada pelo POPH através do Eixo 7 – Igualdade de Género.

Ficha Técnica

Título:

Conhecimento, Género e Cidadania no Ensino Secundário

Autoria:

Cristina C. Vieira (coord.), Conceição Nogueira, Fernanda Henriques, Fernando M. Marques, Filipa Lowndes Vicente, Filomena Teixeira, Lina Coelho, Madalena Duarte, Maria Helena Loureiro, Paula Silva, Rosa Monteiro, Teresa-Cláudia Tavares, Teresa Pinto, Teresa Toldy e Virgínia Ferreira.

Consultoria Científica:

Ângela Rodrigues e Teresa Joaquim

Revisão técnica e preparação da edição:

Teresa Alvarez (CIG)

Edição:

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género
1.ª ed., 2017

Design gráfico e paginação:

Mafalda Matias

ISBN:

978-972-597-416-2 (PDF)

Disponível em:

<https://www.cig.gov.pt/documentacao-de-referencia/doc/cidadania-e-igualdade-de-genero/guioes-de-educacao-genero-e-cidadania/>

Índice

Nota prévia	7
INTRODUÇÃO	9
1ª Parte: ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1. Género e Cidadania	15
1.1. Introdução	17
1.2. De que falamos quando falamos de género?	20
1.3. O género como categoria social	29
1.4. A formação da identidade de género	32
1.5. Estereótipos de género	35
1.6. De que falamos quando falamos em cidadania?	42
1.7. Que relações entre género e cidadania?	46
1.8. De que falamos quando falamos em cidadania e educação?	49
1.9. Construindo práticas de cidadania	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
2. Género e Currículo	61
2.1. Introdução	63
2.2. O que se ensina e o que não se ensina na escola	68
2.3. Possíveis omissões do currículo ligadas a problemáticas de género	77
2.4. Introduzir questões de género no currículo: um ato de política das e dos docentes?	82
2.5. Conclusão	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
3. Género e Conhecimento	91
3.1. Introdução	93
3.2. Para uma progressiva leitura crítica da realidade na adolescência	97
3.3. O poder da linguagem e o uso correto dos conceitos	101
3.4. Contributos para uma utilização ainda mais inclusiva da terminologia	103
3.5. Género e construção do conhecimento	105
3.6. Promover o pensamento crítico sobre as desigualdades entre mulheres e homens	110
3.7. Conclusão	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
2ª Parte: CONHECIMENTO E INTERVENÇÃO EDUCATIVA: SUGESTÕES PRÁTICAS	117
4. Cânone Literário e Igualdade entre Mulheres e Homens	119
4.1. Uma abordagem da disciplina de Português	121
4.2. Considerações prévias e conceitos fundamentais	122
4.2.1. Género/ <i>Genre</i>	123
4.2.2. Relações entre Género como <i>Genre</i> e Género como <i>Gender</i>	124
4.2.3. Texto Complexo e relação hierárquica entre Texto Literário e Texto não Literário	126
4.3. Coincidência de propósitos entre o Guião e a disciplina de Português	128

4.4. Estudos de Género, Estudos Literários e Teoria Literária Feminista	130
4.4.1. Cânone: neutro ou enviesado?	132
4.4.2. O sexo dos textos	133
4.4.3. Teoria Literária Feminista e atitude face ao literário – da análise de texto à análise do quotidiano: resistências e pacificações	136
4.4.4. (Vantagens da) Análise Interseccional	139
4.4.5. Leitor/a e Leitura “Resistente” e, de novo, o cânone	142
4.4.6. Resgate em sala de aula	144
4.5. O resgate e a História da Literatura Portuguesa	146
4.5.1. Renovar a História da Literatura Portuguesa à luz da investigação sobre a autoria feminina	147
4.5.2. Vantagens de um ponto de vista que inclui o campo literário português anterior ao século XIX	149
4.5.3. A desqualificação da edificação e das obras de autoria feminina	151
PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
4.6. Sugestões de atividades a desenvolver em aula e pistas de leitura de obras mencionadas no Programa	154
4.6.1. Propostas para o 10º ano	155
4.6.2. Propostas para o 11º ano	158
4.6.3. Propostas para o 12º ano	161
4.7. Sugestões de leituras	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
5. Ensino de Inglês, Género e Cidadania	167
5.1. Por um ensino crítico do inglês	169
5.2. Programa da disciplina e oportunidades educativas	175
PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
5.3. “This cartoon is a little feminist...”	182
5.4. “And so it is...”	190
Documentos de apoio	192
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	201
6. A Filosofia no Secundário lida numa Ótica de Género	203
6.1. Legitimar uma proposta	205
6.2. Algumas condições para uma operacionalização crítica do PFES	208
6.2.1. A problemática do universal	210
6.2.2. A necessidade de resgatar outras memórias filosóficas	213
PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
6.3. Um percurso não discriminador dos conteúdos programáticos para o 10º ano	215
6.3.1. Abordagem introdutória à Filosofia e ao filosofar	216
6.3.2. A ação humana e os valores	218
6.3.3. Dimensões da ação humana e dos valores	224
A dimensão estética – Análise e compreensão da experiência estética	228
A dimensão religiosa – Análise e compreensão da experiência religiosa	229
6.3.4. Temas/Problemas do mundo contemporâneo	230
6.4. Um percurso não discriminador dos conteúdos programáticos para a unidade final do 11º ano	236
6.4.1. A importante questão de se construir uma memória crítica.	
Seguindo as sugestões de Paul Ricoeur	237
6.4.2. Racionalidade e verdade	241
6.5. Notas Finais	246

Recursos	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	248
7. Biologia e Género: outros olhares	249
7.1. Ciência, Tecnologia e Género	251
7.1.1. A perspetiva de género	255
7.1.2. Androcentrismo	258
7.2. Análise dos Programas de Biologia	260
7.2.1. CTS e qualidade de vida	261
7.2.2. Metáforas e Linguagem	262
7.2.3. Reprodução e manipulação da fertilidade	265
7.2.4. Mutilação Genital Feminina	269
7.2.5. Património Genético	270
7.2.6. Imunidade e controlo de doenças	272
7.2.7. Alimentação e sustentabilidade	274
PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
7.3. Mulheres e Ciência	277
7.3.1. O teto de vidro (<i>glass ceiling</i>)	280
7.3.2. O recurso às biografias	283
7.4. Reprodução e Manipulação da Fertilidade	285
7.4.1. Acesso à Reprodução Assistida	287
7.4.2. Mulheres, as principais destinatárias	292
7.4.3. Incertezas, limitações e expetativas	294
Documentos de apoio	297
Recursos	303
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305
8. Reflexões sobre a Educação Física na Ótica de Género	311
8.1. Género, Corpo e Poder	313
8.2. O programa e as decisões curriculares	319
8.3. Focalização da prática numa pedagogia centrada no/a aluno/a	321
8.4. O caso particular das raparigas na EF	324
8.5. Contrariar o ambiente homofóbico nas AFD	327
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	329
9. Género e Mulheres na História da Cultura e das Artes	331
9.1. Consideração Prévias	333
9.1.1 História da História de Arte e da Cultura	336
9.1.2. Bolonha, Itália: cidade de mulheres	337
9.1.3. Abordagens feministas à História da Arte: fazer perguntas diferentes	340
9.1.4. Afirmção profissional e identitária das mulheres artistas	345
9.1.5. O mérito da qualidade: os “tetos de vidro” da criatividade	349
9.2. PROPOSTAS DE ACTIVIDADES	
Contar para compreender: Quantas mulheres?	352
A Palavra “Homem”: questionar a linguagem	353
9.3. PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
Mulheres Monjas: possibilidades e limitações do espaço conventual	354
Mulheres pintoras antes do iluminismo	356
Mulheres artistas do século XVII	357
Mulheres enquanto observadoras dos novos espaços de modernidade	359

Feminismo e Belas Artes/Arte e Política	360
Representações de mulheres	362
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	364
10. Reposicionando Mulheres e Homens na História Ensinada	367
10.1. Por uma História Ensinada de Qualidade: responsabilidades e constrangimentos das e dos docentes de História	369
10.2. Saber é poder. História, uma ciência em (re)construção	372
10.3. Da História produzida à História ensinada	376
PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
10.4. Desconstruir a intemporalidade da dicotomia privado/público e das representações estereotipadas de mulheres e homens do ensino da História	378
10.4.1. As mulheres e o exercício do poder	380
10.4.2. Quotidianos de trabalho	391
10.4.3. O século XX: entre a emancipação feminina e a legitimação das desigualdades	400
10.5. Desafios lançados... efeitos esperados	410
Documentos de apoio	412
Recursos	416
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	418
11. A Economia e a Vida de Homens e de Mulheres	423
11.1. Introdução: Ensinar economia com pessoas lá dentro	425
PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR	
11.2. Desconstruir categorias analíticas para (re)pôr homens e mulheres na Economia	430
11.2.1. A desigual participação de homens e mulheres no mercado de trabalho	435
11.2.2. Disparidades salariais entre homens e mulheres no mercado de trabalho	440
11.2.3. Desenvolvimento Humano e Género	445
11.3. Conclusão	449
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	450
12. Temas do Mundo Atual: quotidianos e problemáticas de mulheres e de homens	453
12.1. Introdução	455
12.2. O Assédio Sexual: violência contra as mulheres no local de trabalho	458
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	466
12.3. Conciliação trabalho-família	467
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	473
12.4. Segregação sexual dos mercados de trabalho	474
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	481
12.5. O empreendedorismo tem sexo?	482
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	488
12.6. Tráfico de Seres Humanos	490
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	495
12.7. A religião tem futuro para as mulheres?	496
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	501
Recursos	502
Glossário	504
Notas Biobibliográficas	510

10.

Reposicionando Mulheres e Homens na História Ensinada

por: Teresa Pinto*

* A autora agradece o convite que lhe foi endereçado, em finais de 2014, para participar nesta obra, tendo finalizado este texto e respetivas propostas em agosto de 2015.

10.1.

Por uma História Ensinada de Qualidade: responsabilidades e constrangimentos das e dos docentes de História

Como docentes de História, assumimos a missão oficialmente definida no programa de História A de contribuir para “a promoção de aquisições científicas sólidas e, simultaneamente, ao nível do agir, para a integração de hábitos de ponderação de opções, promotores da intervenção consciente e democrática dos jovens na vida coletiva” (Mendes, 2001-2002:5)¹. A segunda vertente integra a educação para a cidadania, dimensão transversal ao currículo.

Sabemos que a História é, para as e os discentes, uma fonte de modelos individuais e/ou coletivos de identificação. No entanto, como alerta Annie Rouquie, no final do secundário, alunos e alunas “ignoram praticamente o lugar e o papel das mulheres nas sociedades passadas e respondem às questões colocadas com um estereótipo uniforme: «elas estavam em casa e tomavam conta dos filhos»” (2000:1). Que imagens de mulheres, enquanto sujeitos históricos, se transmitem à juventude? Que modelos interiorizam as

“Réclamer la visibilité des femmes dans l’histoire enseignée, c’est vouloir donner tout son sens au métier de professeur de cette discipline... réclamer a visibilidade das mulheres na história ensinada é querer dar pleno sentido ao ofício de docente desta disciplina.”

Annie Rouquier (2000).

raparigas sobre a participação das mulheres, por exemplo, na vida social, económica, política, cultural e religiosa? Se não sabem de onde vêm, como podem determinar para onde querem ir? Em contrapartida, a nomeação e representação iconográfica das figuras masculinas aventureiras, conquistadoras, líderes, empreendedoras, trabalhadoras, representadas como defensoras e ganha-pão das famílias, transmitem igualmente uma estereotipia que enfatiza a força e a dominância como atributos do sexo masculino, condicionando opções escolares, profissionais e de vida e desmotivando os rapazes para áreas associadas, por exemplo, ao cuidado, como educação de infância ou educação em geral, enfermagem, medicina (cada vez mais feminizada), bailado, entre outras.

Face a um público misto, teremos de ensinar o passado de sociedades mistas. Não se pretende acrescentar

¹ Programa da disciplina trienal de História lecionada no Curso Científico-Humanístico de Línguas e Humanidades, homologado em 2001 e 2002. A equipa autora foi coordenada por Clárisse Mendes (ver bibliografia).

mais conteúdos a programas que se apresentam já demasiado extensos e dificilmente exequíveis. Pretende-se um exercício de renovação do olhar sobre os conteúdos e sequências programáticas, aproveitando os recursos disponíveis de modo a reequilibrar a representação da ação de mulheres e de homens ao longo da história, evitando extrapolações e generalizações erróneas (porque não contemplam a multiplicidade e multidimensionalidade da realidade humana ao longo da história).

A exploração das influências e dos poderes subliminarmente exercidos (a nível político, cultural, religioso...), da participação nas atividades laborais (agricultura, ofícios, indústrias...) e em movimentos coletivos (revoltas, guerras, revoluções, greves, movimentos operários...), da violência sofrida e infligida, constitui uma estratégia viável de abordagem dos conteúdos programáticos a partir dos manuais disponíveis.

Os manuais, alguns com mais sucesso do que outros, têm vindo a integrar dados mais diversificados e rigorosos sobre o papel de homens e mulheres na história, especialmente sobre estas, com a introdução de dossiês temáticos e um maior equilíbrio iconográfico. A escolha dos manuais escolares, realizada nas escolas, torna-se fundamental para uma abordagem da história mais consentânea com os resultados da investigação histórica, reduzindo o esforço de buscar fora deles a informação necessária.

Para citar apenas um exemplo da importância da análise de um manual do ponto de vista do rigor histórico e da sua

importância para a abordagem do papel político de mulheres e de homens, pode ser apontado o seguinte caso: num manual de História adotado em 2015, são apresentadas seis figuras políticas de relevo na Europa, contrapondo o século XVII ao século XX, com o objetivo de estabelecer a relação passado/presente. À exceção de Margaret Thatcher (Reino Unido), todas as outras figuras são masculinas. Para o mesmo país, foi escolhido Guilherme d'Orange como figura de destaque para o século XVII. Esta escolha não respeita totalmente o rigor histórico.

Maria de Inglaterra, herdeira do trono inglês, e o seu marido Guilherme d'Orange foram, no contexto da Revolução Gloriosa (1688) conjuntamente proclamados rei (Guilherme III) e rainha (Maria II) de Inglaterra. Aceites como comonarcas, Guilherme e Maria aparecem representados em conjunto (até à morte de Maria, em 1694) nos documentos da época. Guilherme III continuou a reinar até 1702, mas a sua popularidade decresceu significativamente durante o período em que governou sozinho.

O manual em causa, ao apresentar Guilherme d'Orange isolado, invisibilizando Maria II, transmite, por omissão, uma informação histórica imprecisa. Neste caso concreto, desperdiçou também a oportunidade de proporcionar, a partir de um caso pouco usual de partilha efetiva do poder real entre um rei e uma rainha, uma abordagem do exercício, pelas mulheres, do poder político ao mais alto nível nas monarquias modernas. Acresce que a seleção de imagens efetuada transmite a mensagem (errónea) de que as mulheres apenas na história recente conseguiram aceder a lugares de poder. A ideia de um progresso linear, que se traduziria numa aquisição cumulativa de direitos,

Fontes coevas, como as moedas, são ilustrativas da representação de Maria de Inglaterra e Guilherme d'Orange como comonarcas. É o caso da moeda de cinco guinéus, cunhada em 1691, representada na **Figura 1**.



Figura 1. Moeda de 5 Guinéus.

Cunhada em 1691 representando Guilherme III e Maria II de Inglaterra, Rei e Rainha (Rex et Regina).

Fonte: Coin Arquivos, disponível em linha <http://artforbreakfast.org/2012/12/02/barbara-krugers-your-gaze-hits-the-side-of-my-face/>

por parte das mulheres, escamoteia as múltiplas regressões e contradições do processo histórico.

A incorporação de temáticas que incidem especificamente sobre as mulheres (movimentos feministas, por exemplo) ou de dossiês e materiais complementares (mulheres filósofas iluministas, mulheres na revolução francesa, Marie Curie, entre outras), embora reflitam sinais de mudança, não alteram, porém, uma perspectiva da história que não contempla a sua dimensão relacional. As mulheres, como os homens, devem ser consideradas como sujeitos

históricos que contribuíram com as suas ações (ativas, passivas, condescendentes, resistentes...) para a dinâmica social. O acantonamento das mulheres a temáticas específicas ou a figuras relevantes pode reforçar a ideia de que a participação das mulheres no devir histórico apenas ocorreu em casos excepcionais, como nos alerta Antonia Fernández no texto colocado em caixa.

Face ao desfasamento entre a história ensinada e a produção do conhecimento histórico, não apenas no que respeita aos contributos da História das Mulheres e do Género, como também em relação a muitos dos aspetos de renovação teórica e metodológica que têm vindo a ser introduzidos na ciência histórica, cabe a cada docente questionar, reinterpretar, enriquecer e reconduzir o processo de ensino-aprendizagem da História de modo a incluir na

inteligibilidade histórica elementos omissos e importantes para melhor compreender o passado humano e, sobretudo, o presente em toda a sua complexidade.

Não se propõe, pois, que sejam introduzidas alterações aos conteúdos programáticos definidos ministerialmente, mas que seja introduzida uma abordagem de história relacional. A história das mulheres e do género², impulsionada pelo impacto das críticas feministas aos paradigmas do universal, do progresso, da neutralidade e da natureza humana, entre outros, suscitou profícuos debates teóricos e epistemológicos no seio das ciências sociais e humanas, não constituindo a História exceção.

Sugere-se a consulta e utilização do capítulo "História da Cultura e das Artes" deste Guião para as unidades do programa relativas às dimensões culturais e artísticas

“A abordagem do protagonismo feminino pode permanecer discriminatório para as mulheres se este surgir como complementar ou como um apêndice da história geral, a “história importante”, aquela que se desenvolve ao longo da obra, na qual a inexistente ou a escassa atenção dada às mulheres, individualmente ou como coletivos, revela que continua a não se lhes reconhecer relevância histórica ou, o que é o mesmo, que a sua existência, enquanto indivíduos e enquanto coletivo, não deixou marcas que mereçam ser referidas na história dos povos.”

Antonia Fernández 2005:11.

2 Entende-se aqui o conceito de género como conceito relacional, ou seja, referente às relações sociais entre mulheres e homens e à sua (re)construção sócio-histórica. Cf. SCOTT, Joan Wallach (2008); BOCK, Gisela (1989).

10.2.

Saber é poder. História, uma ciência em (re)construção

A História é, como qualquer ciência, uma construção social e, como tal, situa-se e ressitua-se historicamente. A renovação historiográfica, operada na década de 1970 e enunciada na trilogia *Fazer História* – novos problemas, novos contributos, novos objetos –, editada em França em 1974 sob a coordenação de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1977-1987), traduziu-se num alargamento do "território do historiador", expressão que intitidou a obra de Emmanuel Le Roy Ladurie (1973), favorável ao desenvolvimento da História das Mulheres. Foi reiterado o princípio de que o conhecimento histórico é sempre tributário do presente, do presente de cada época e sociedade, e que, conseqüentemente, a pessoa que investiga é um sujeito situado, ou seja, alguém com uma pertença de género, social, étnica e outras. A separação entre o sujeito cognoscente (e as condições do saber) e o objeto de conhecimento, um dos fundamentos da ciência positivista, foi profundamente abalado ao questionar-se o pressuposto de que o/a investigador/a é um elemento passivo face a uma realidade que se lhe vai desvelando mediante a aplicação rigorosa dos procedimentos metodológicos da sua disciplina. Não há uma realidade pré-existente cuja estrutura possa ser apreendida ou, nas palavras de Jane Flax, "não há força

ou realidade «fora» das nossas relações sociais e da nossa atividade" (1987: 642)³.

Consonantemente, Vitorino Magalhães Godinho definiu a ciência como "um complexo de cultura em situação em certas sociedades" que integra de modo interligado e estruturado "uma forma de mentalidade, uma atividade intelectual, um conjunto de resultados, uma linguagem, um *processus* social, desenrolando-se no tempo dos homens"(1971:177 e 195). Resulta, então, que **cada presente configura a reconstrução do passado a partir dos quadros sociais de que dispõe e, por isso, cada época fabrica mentalmente a sua representação do passado histórico.**

Está-se perante um processo interativo entre memória(s) e história, pelo qual a(s) primeira(s) incorpora(m) o produto historiográfico ensinado e divulgado, mas também influem, como sublinha Luís Reis Torgal (1996), na produção historiográfica e no respetivo ensino e divulgação.

Uma primeira alteração do conceito positivista de documento foi operada desde os primeiros

³ Tradução da autora.

tempos do movimento dos *Annales*, com a conversão de todos os vestígios que detivessem a marca humana, ou seja, de todos os *monumentos*, em potenciais documentos. Contudo, a *explosão do documento*, na expressão de Jacques Le Goff (1984:99), só se produziria a partir dos anos 1960, com a dilatação do seu campo, designadamente pelo recurso aos testemunhos orais e à documentação de massa, cujo tratamento informático gerou novos tipos de documentos. A efetiva rutura conceptual, porém, foi introduzida, na década seguinte, pelo conceito Foucaultiano de *documento/monumento*. Este enfatiza a operação que transforma todos os documentos em monumentos, ou seja, sustenta que qualquer documento só pode ser cientificamente utilizado se for criticado enquanto monumento, o que implica determinar as condições históricas da sua produção e proceder à sua desmontagem e desmistificação. Estes novos procedimentos da ciência histórica traduziram-se num alargamento do conhecimento histórico sobre a ação das mulheres nos processos sociais e sobre o seu protagonismo ao longo da história.

O conceito operatório de *lugares de memória* (*lieux de mémoire*), desenvolvido por Pierre Nora (1999), revelou-se outra ferramenta proficiente na análise das práticas sociais. Este conceito permite considerar uma gama infinita de objetos que vão de um local – Aljubarrota – a uma pessoa-memória – a padeira –, de uma noção – geração – a um emblema – o Zé Povinho –, com tudo o que significam simbolicamente no contexto nacional. O seu aspeto inovador consiste em ter deslocado a focagem do passado para a sua reutilização, para os rastros dos acontecimentos e das ações, para a sua manipulação, para os modos como se reelaboraram e se transmitiram, para as ressignificações a que foram sujeitos, ou

seja, nas palavras do autor, "a construção de uma representação e a formação de um objeto histórico no tempo" (1998:22)⁴.

Os lugares de memória são, como a memória, seletivos e, por isso, os elementos que integram são fruto de uma escolha que, de entre vários possíveis, elegeu e eliminou. Tal é o processo que determina, por exemplo, a maior ou menor percentagem de mulheres celebrizadas na nomeação de ruas, nos Panteões nacionais, nos Prémios Nobel, nos funerais de Estado, para citar alguns exemplos.

Os manuais de história, lugares funcionais de memória, expressam, como afirma Sérgio Campos Matos, uma "estratégia de construção e reprodução de tradições" (1990:50) através de uma integração coerentemente estruturada de traços memoriais mitificados e de conhecimentos historiográficos desmitificadores. Oferecendo um saber acabado, os manuais resistem, na sua própria elaboração, à historicidade inerente ao conhecimento sobre o passado, veiculando imagens que contrariam, com frequência, os contributos da investigação histórica.

Teresa Alvarez Nunes (2007a), ao analisar a iconografia figurativa de manuais escolares de história contemporânea, identificou uma vincada estereotipia na representação de homens e de mulheres, que conduz a que estas sejam omitidas ou secundarizadas como sujeitos do processo histórico, não só na esfera político-militar, predominante nos temas programáticos de aprofundamento relativos ao século XX, mas também na esfera económico-social.

4 Tradução da autora.

A memória, como a história, é sempre uma construção seletiva do passado e, como tal, escolhe. Escolher implica eleição e exclusão, lembrança e esquecimento, voz e silêncio.

O que é dito exclui sempre uma infinidade de não-ditos, os quais, ao permanecerem omissos, se tornam inexistentes.

A coerência do discurso, porém, mantém-se, pois as lacunas e as omissões são compensadas por um uso excessivo daquilo que se rememora através de um efeito de "sugestões repetidas", na expressão de José Manuel Sobral (1998:40). José-Augusto França refere-se a diferentes "jogos de perspetivas" (1996:16) que, por um efeito de luz e de sombra, deformam os eventos e atribuem-lhes centralidade ou periféricidade. Este processo assume particular pertinência para a história das mulheres, pois os fenómenos de esquecimento, de exclusão ou de silêncio subestimam as mulheres enquanto sujeitos e agentes históricos, relegando-as para os «avessos» da história, na imagem elucidativa que intitula um artigo de Frédérique Langue (2006).

Em contrapartida, como previne Michelle Perrot (1987), a evocação tende a sublinhar,

As mulheres têm ocupado uma fatia significativa do que Michelle Perrot designa de "silêncios da História" e aos quais dedicou uma publicação (1998).

quer a mulher como entidade coletiva e abstrata, quer casos isolados ou específicos de protagonismo feminino. Na primeira situação, as mulheres são representadas como portadoras de características que lhes são atribuídas por convenção, como, por exemplo, cuidadoras do espaço privado, da 'casa', seja ela dos entes vivos ou dos mortos, como se a sua vida se esgotasse no cuidado da prole, do marido, de familiares doentes ou idosos/as e na manutenção dos túmulos. Na segunda situação, a seleção de casos isolados de protagonismo feminino, pode conduzir a extrapolações abusivas ou ao reforço da ideia de que as mulheres estão, salvo casos excecionais, nas margens da ação histórica (pense-se em Margaret Thatcher ou nos movimentos feministas, por exemplo).

A problemática da memória é central na análise dos processos de invisibilização das mulheres na história e de construção das relações sociais de género. Não se trata apenas de conferir identidades às mulheres, ou a grupos de

mulheres, através da sua inscrição no tempo, mas de questionar os mecanismos que perpetuam a prevalência de modos androcêntricos de fazer ciência, sabendo que, como sustenta Fernando Catroga, "no campo da anamnese e do olvido nada está definitivamente petrificado" (2001:31).

Ver, a este propósito, o capítulo "Filosofia e Género" deste Guião.

As periodizações, questionadas por diversos/as historiadores/as, são um bom exemplo da exclusão das mulheres da inteligibilidade histórica. Esta operação, que implica definir períodos a partir da identificação de pontos de rutura que marquem etapas num processo evolutivo, realiza-se a partir de uma cronologia. Esta é, por sua vez, uma seleção organizada de acontecimentos.

Ambas são sustentadas por acontecimentos que se afiguram, ao olhar do/a historiador/a, como marca de mudança, em função de critérios de escolha definidos pela comunidade científica. Esses critérios são

etnocêntricos, sociocêntricos de classe, androcêntricos e, em maior ou menor grau, refletem uma concepção universalista do processo histórico, unificando a humanidade numa história comum.

Determinar ruturas significativas para as mulheres ou para os homens ou para ambos é uma tarefa árdua que se confronta com a dificuldade em apreender e tornar inteligíveis as múltiplas e incommensuráveis temporalidades inscritas na realidade social em toda a sua historicidade.

A título ilustrativo, refiram-se dois exemplos significativos: Joan Kelly-Gadol (1987) e José Gentil da Silva (1984) mostraram que, na Europa, o período do Renascimento e da emergência da época do capitalismo mercantil não representou para as mulheres um período de progresso e avanço cultural, mas, pelo contrário, restringiu de forma notória o seu palco de atuação e de poder, motivando o seu isolamento; investigadoras portuguesas, como Ivone Leal (1986) e Irene Vaquinhas (2003), evidenciaram que no século XIX, em Portugal,

as invasões francesas e a revolução liberal de 1820 não introduziram mudanças significativas nos papéis sociais de homens e de mulheres, verificando-se, pelo contrário, uma permanência da organização homossexual do Antigo Regime, que só a Regeneração começou a alterar.

François Dosse (1999) e Elena Hernández (2004) sublinham que foi na segunda metade do século XIX, de acordo com o cientismo vigente e com o reforço das identidades nacionais, que a história política se tornou predominante, em detrimento de uma narração mais ampla, pois esta era considerada mais imaginativa do que rigorosa pelo pensamento positivista. O discurso académico foi-se tornando, então, cada vez mais hegemónico à medida que se foi perdendo a historicidade da sua construção. No entanto, como evidencia Gianna Pomata (1993), com base na análise da historiografia europeia desde a antiguidade clássica até ao século XIX, os factos não sustentam a exclusão das mulheres da memória histórica, pois a realidade mostra situações muito diversificadas em função dos momentos e dos contextos socioculturais em que ocorrem. A noção

de uma história universal e sintética mostra-se cada vez mais inconsistente face à emergência de uma pan-historização que pretende superar o efeito dos vários centrismos, como o etnocentrismo, o sociocentrismo e o androcentrismo. Jean Chesneau (1976) questionou veementemente a história como mecanismo de reprodução e fundamentação de discursos hegemónicos e excludentes, precisando que a ocultação é uma das vias mais eficazes de controlo do passado pelo poder. Como lembra Alicia Puleo (2004), a história tem sido uma história de vencedores e a posição marginal das mulheres no conhecimento histórico mostra como o discurso histórico é um local de enunciação das assimetrias sociais de género fundadas em relações de poder.

10.3.

Da História produzida à História ensinada

Os programas e os manuais escolares são um dos principais meios de transmissão de valores à juventude e os discursos que veiculam não são neutros.

Sabemos que a história produzida atravessa diversos filtros (um deles o da própria historiografia dominante) até se tornar história transmitida. Este desfasamento é particularmente visível na história ensinada, em geral menos sintonizada com os resultados da investigação mais recente, como salientou Luís Reis Torgal (1996).

“A sua influência [dos programas escolares e dos manuais] não é despreciable na formação mental dos jovens, na reprodução das tradições culturais e ideológicas, na difusão de sistemas de valores e de representações míticas do passado, ajudando a construir esse vasto património que é a memória coletiva de todos nós.”

Irene Vaquinhas, 2000:185.

“Os contributos da produção historiográfica em estudos sobre as mulheres e do género dificilmente têm integrado o ensino da História, como o demonstram as incongruências entre a História-conhecimento que a ciência preconiza, a História-conhecimento que o currículo enuncia e que os Programas de História selecionam e a História ensinada/aprendida que as práticas pedagógicas de diferentes gerações de docentes implementam e que os manuais escolares apoiam.”

Teresa Pinto e Teresa Alvarez, 2014:15.

Verifica-se, assim, que o conhecimento histórico transmitido reforça uma perspetiva cristalizada do saber, um saber acumulativo, inquestionável e imbuído de ilusões positivistas. Nesta consonância compreende-se, por exemplo, que, apesar da renovação historiográfica e dos contributos da história das mulheres e do género, a história política e, em geral, a que incide nas esferas do exercício do poder continuem, na atualidade, a dominar o topo da hierarquia dos saberes históricos e marquem, ainda mais, os conteúdos da história ensinada. Teresa Alvarez

Nunes (2007a) comprovou que os temas e acontecimentos políticos e militares favorecem a visibilidade conferida ao protagonismo masculino o que se objetiva na reprodução abundante de imagens figurativas masculinas em detrimento das femininas e das mistas nos manuais escolares.

A problemática das mulheres na história ensinada, colocada na década de 1980 numa perspetiva de história contributiva numa interessante obra coletiva publicada em Bruxelas e coordenada por Brigitte Crabbé (1885), tem sido retomada em trabalhos que questionam os mecanismos de produção e de transmissão da memória, podendo destacar-se, em Espanha, Antonia Fernández (2001, 2005, 2010) e, em Portugal, Teresa Alvarez Nunes (2007a, 2007b, 2009).

Biografias (de rainhas, infantas, escritoras, artistas, cientistas, etc.), fruto de árduo trabalho historiográfico realizado, também no contexto nacional, nas últimas décadas, têm vindo a lume em edições de grande divulgação.

Obras coletivas – sobre as mulheres, a

vida privada na Europa e em Portugal, a família, o quotidiano, etc. – oferecem informações, também em registos iconográficos, que proporcionam uma abordagem mais rigorosa do contributo de mulheres e homens para o devir histórico⁵.

PROTAGONISMO SOCIAL DAS MULHERES E PERSPETIVA DOCENTE

“Integrar o protagonismo social das mulheres nas aulas de História deveria ser extremamente simples: bastaria perguntar pelas mulheres nos diferentes aspetos da vida social que selecionarmos como objeto de ensino-aprendizagem - a organização social, o governo dos Estados, as atividades económicas e a organização do trabalho, a educação e a formação profissional, as mentalidades coletivas, a criação cultural... (Que funções sociais tinham as mulheres? Que papel tiveram nos governos? Que pensavam em relação a esta ou aquela questão social? Como viveram as guerras? Quais os seus contributos para a ciência e a cultura? Como responderam a determinados momentos importantes para a comunidade? Como e em que áreas se formavam? Qual foi o seu envolvimento na produção económica e na distribuição de bens? Etc.) e comparar as suas funções, os seus direitos e deveres, as suas produções, as suas opções de vida, as suas visões do mundo... com as que tiveram os homens dos mesmos grupos de pertença (...).

As relações pessoais e institucionais entre homens e mulheres (afetos, desejos, conflitos, consensos, casamento, etc.) e todo o universo de pensamento e realidades que se move à sua volta, assim como os seus efeitos na vida de homens e de mulheres (para a sua unidade familiar de pertença, para o universo simbólico cultural do seu tempo e as produções que nele se configuram) constituem um outro mundo a recuperar nas aulas de História, com importantes efeitos na educação de alunas e alunos, a muitos níveis. (...)

Antonia Fernández, 2005: 12.

“Uma perspetiva docente integradora do protagonismo das mulheres poderia levar à reflexão sobre os seguintes aspetos:

1. Rejeitar posições ou discursos essencialistas: não existe a *mulher* mas sim mulheres de condições e posições sociais muito diversas (...) Nas aulas podem ser criadas situações didáticas que permitam detetar essas diferenças de posição social, entre mulheres de diferentes origens, classes, crenças ou culturas.
2. As condições de vida e as possibilidades das mulheres não se generalizam no tempo nem no espaço (...)
3. Ter em conta que as linhas de ação seguidas pelas mulheres para melhorar a sua posição social nem sempre são coincidentes. Diversos fatores podem situar as mulheres em posições ideológicas e em linhas de ação política distintas (...)
4. Não esquecer que nem todas as mulheres desejam integrar-se no sistema ou desejam fazê-lo da mesma maneira – que alternativas tiveram no sistema e que alternativas procuraram...”

Antonia Fernández, 2005: 16.

⁵ Ver, no fim deste capítulo, a referência a algumas obras que poderão constituir um acervo interessante nas bibliotecas escolares.

10.4

PROPOSTAS DE ABORDAGEM CURRICULAR

Desconstruir a intemporalidade da dicotomia privado/público e das representações estereotipadas de mulheres e homens do ensino da História

É necessário conferir particular atenção à (des)construção das dicotomias que conformam o pensamento e a cultura ocidentais, como cultura/natureza, público/privado, produção/reprodução, trabalho/família, dominação/sujeição, entre outras, e que opõem simbolicamente universalidade, autonomia e agência a especificidade, dependência e passividade. A perceção do primeiro termo de cada um destes binómios como dominante e a sua associação ao masculino fundam, a nível simbólico, as relações de poder assimétricas, historicamente construídas, entre mulheres e homens. A ciência moderna reforçou, segundo Boaventura Sousa Santos (2000), a eficácia destes dualismos ao atribuir à dominância um carácter universal. O autor sustenta que a ciência moderna é sexista, porque transforma experiências dominantes, neste caso de um sexo, em experiências universais, ou seja, em verdades objetivas.

O modelo ideológico de esferas separadas, nas quais se inscreveram dicotomicamente espaços (público/privado), funções (produção/reprodução) e sexos (homens/mulheres) foi-se desenvolvendo ao longo da época moderna e a partir do século XIX consolidou-se como forma de racionalização da sociedade.

O paradigma da complementaridade entre os sexos, afirmado no século XIX, reciclou o princípio da inferioridade feminina legitimando, como realidade universal e atemporal, o princípio da domesticidade. A representação desta categoria identitária, ancorada na diferença entre os sexos, é com frequência transposta para contextos culturais e históricos onde não tem aplicação.

Como sustenta Maria Victoria Lopez-Cordon (2006), na Europa, até à época contemporânea, o discurso que impera sobre as mulheres é o da inferioridade e não o da domesticidade⁶. O poder da ideologia das esferas separadas residiu, sobretudo, na capacidade de impor a *normalização* das mulheres, enquanto categoria, como entes do privado, com base numa equivalência binária estabelecida entre as esferas e os sexos, a qual conforma o masculino ao público e o feminino ao privado. Com o desenvolvimento da biologia e da medicina no século XVIII, a representação da diferença sexual mudou, como refere Françoise Thébaud, "de um modelo unissexo

PROPOSTAS

hierarquizado para um modelo moderno de dois sexos" (2005:65), ou seja, a concepção monista, de um gênero com duas modalidades diferentes, deu lugar a uma concepção dualista, de dois sexos, o masculino e o feminino cada um deles com uma forte identidade física e moral. O sexo passou, então, a ser considerado primordialmente em termos físicos e o discurso biomédico legitimou a vinculação do corpo das mulheres a uma única e imutável missão, a maternidade, criando o mito do *eterno feminino*. Esta biologização da diferença entre os sexos sustentou a naturalização da divisão sexual da sociedade e do mundo, provendo a ideologia das esferas separadas de um fundamento essencial.

Nos recursos didáticos, com particular incidência nos manuais escolares, a invisibilidade das mulheres ou a estereotipia de gênero decorrem, com frequência, de inconsistência conceptual ou de representações das sociedades passadas decorrentes de projeções anacrônicas pouco consonantes com os resultados das investigações mais recentes em cada período e área de especialização do conhecimento histórico.

O registo mais antigo de utilização da palavra domesticidade, em Portugal, data de 1858, de acordo com o *Dicionário Houaiss do Português Atual*.

O exercício da docência da disciplina de história exige a consciência de que o trabalho historiográfico estabelece um contrato com a realidade e com a verdade; no entanto, embora tenda para uma verdade total ou absoluta, o conhecimento histórico permanece sempre infinito e, na expressão de Vitorino Magalhães Godinho, "*inconcluso*" (1971:237).

O projeto de verdade, que mobiliza toda a operação historiográfica, implica uma relação coerente com a realidade referencial, descodificando e desconstruindo discursos hegemónicos, excludentes e geradores de extrapolações abusivas.

10.4.1.

PROPOSTAS

As mulheres e o exercício do poder

1. LINHA CONCEPTUAL

O poder instaura-se a partir da capacidade de legitimar como verdadeiros os seus pressupostos, ou seja, de os validar como realidades em si, independentes da ação ou do conhecimento humanos, convertendo-os, desse modo, em ‘verdades objetivas’ e, como tal, socialmente partilhadas.

O século XIX mostra bem a eficácia do poder persuasivo. A divisão sexual dos papéis e dos espaços sociais foi acentuada como nunca o fora até então, mercê de um complexo e sustentado sistema de validação inscrito, por exemplo, no discurso científico (biomédico, em particular, mas também histórico, antropológico e sociológico), no discurso da economia política, na organização institucionalizada da vida social (escolas, fábricas, hospitais, asilos, prisões, ministérios, sindicatos, etc.) e na multiplicação e consolidação de meios e iniciativas públicas de comunicação e de difusão de conhecimento (periódicos, panfletos, livros, conferências, congressos, teatro, comemorações, exposições industriais, etc.).

O poder não é um sistema unívoco nem coerentemente opressivo, mas, pelo contrário, assume formas e estratégias

distintas, ramifica-se em micropoderes, integra o conflito, produz consentimento e resistência, o que confere às relações de poder um carácter reversível. A restrição da noção de poder à sua conotação política inscreve-se, como sublinha Irene Vaquinhas, num dualismo "que assenta na repartição de espaços que a cada sexo foi atribuído – aos homens os espaços públicos e exteriores, às mulheres os espaços privados e domésticos – (...) um modelo que tendo surgido como uma componente da ideologia da burguesia vitoriana, viria a ganhar grande vigor ao longo do século XIX (...)." (2000: 36).

Cingindo-se o poder à esfera política e esta ao domínio público, estabelece-se uma triangulação conceptual que tem contribuído para associar as mulheres à ausência de poder apesar de estas sempre terem exercido poderes civis, familiares e, também, políticos.

A problemática dos poderes torna-se um tópico central das relações humanas e, em particular, das relações entre homens e mulheres, dado que está presente, como sublinham Luc Courtois, Jean Pirotte e Françoise Rosart, “em todos os mecanismos de produção dos sistemas de pensamento e de representação” (1992: 14).

PROPOSTAS

A área do poder, designadamente do poder político, mantém um lugar de relevo nos conteúdos programáticos da disciplina de história e a história ensinada continua a perpetuar a ideia de que a esfera política foi, ao longo da história, um domínio quase exclusivamente masculino. Esta representação é reforçada pela ênfase do papel dos movimentos feministas e sufragistas na viragem do século XIX para o XX, convertendo o acesso das mulheres ao poder político

numa inovação da contemporaneidade. Esta visão deve-se mais ao desenvolvimento dos conteúdos sugerido pelos manuais escolares do que ao enunciado dos mesmos nos programas ministeriais, que apenas definem aspetos orientadores do desenvolvimento de cada tema. Os manuais escolares, por sua vez, remetem para uma produção historiográfica que até às últimas décadas tornou a história política um campo paradigmático de exclusão feminina.

PROGRAMA DE HISTÓRIA

10^o ano

MÓDULO 2

UNIDADE 2

O espaço português

- a consolidação de um reino cristão ibérico

2.1. A fixação do território – do termo da Reconquista ao estabelecimento e fortalecimento de fronteiras.

2.3. O país rural e senhorial – o exercício do poder senhorial: privilégios e imunidades; a exploração económica do senhorio; a situação social e económica das comunidades rurais dependentes.

2.4. O poder régio, fator estruturante da coesão interna do reino

- A centralização do poder – justiça, fiscalidade e defesa; a reestruturação da administração central e local – o reforço dos poderes da chancelaria e a institucionalização das Cortes.
- O combate à expansão senhorial e a promoção política das elites urbanas.
- A afirmação de Portugal no quadro político ibérico.

2. AS MULHERES E O EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO NAS ORIGENS DA NACIONALIDADE.

A proposta que se apresenta incide, intencionalmente, sobre o período medieval. Em primeiro lugar, a Idade Média, durante a qual a gestão dos mecanismos reguladores da paz e da guerra assumiram uma importância capital, é por vezes encarada como um período histórico monolítico, ao qual se associam características obscuras, distantes e, mesmo, bárbaras. Todavia, será apenas no final deste período ou na Alta Idade Moderna que, como sublinha Ángela Muñoz Fernández, "se radicalizaram os modos de conceitualização excludente dos tipos humanos" (2006:123). A mesma autora salienta que **não são aplicáveis ao período medieval as representações oitocentistas sobre, por exemplo, a domesticidade e a maternidade.**

Em segundo lugar, a historiografia medievalista portuguesa tem registado uma ampla produção, nomeadamente no domínio da ação política, quer aprofundando o papel das diversas redes políticas, particularmente relevantes em sociedades assentes em vínculos interpessoais,

PROPOSTAS

quer através de estudos centrados em figuras da monarquia, incluindo rainhas, regentes e infantas.

De entre os conteúdos de aprofundamento da unidade 2 do módulo 2 inserem-se a fixação do território e o país rural e senhorial. Nestes, são relevantes as aprendizagens relativas à definição e à autonomia do espaço português e ao estabelecimento das suas fronteiras no contexto ibérico da *Reconquista*, bem como a caracterização do poder senhorial e do poder régio. Sugere-se que a abordagem dos conteúdos acima mencionados parta da ação política de D. Teresa no processo de independência do reino de Portugal, cuja notoriedade é inegável e sobre a qual existe produção historiográfica de relevo. A proposta é, também, a de uma abordagem mais complexa das raízes do Estado Português.

A ação política de D. Teresa permite trabalhar os seguintes conteúdos programáticos:

Não se pretende um desenvolvimento exaustivo de conteúdos, mas sugerir formas de abordagem dos mesmos que permitam conferir importância à ação de mulheres e de homens, evidenciando o carácter *sexuado* de todas as esferas da vida social e humana.

- a fixação do território português (ponto 2.1. do programa)
- o exercício do poder senhorial: privilégios e imunidades (ponto 2.2.2. do programa)
- o poder régio nos tempos da monarquia feudal (ponto 2.4.1 do programa)

Tendo em conta a gestão programática e respetiva planificação, de acordo com os tempos letivos disponíveis para a subunidade no seu conjunto, a abordagem destes conteúdos não permite grande desenvolvimento, pelo que apenas se introduzem algumas informações que permitam conferir o justo destaque ao papel de D. Teresa nos três domínios acima enunciados.

Aceitemos como ponto de partida o desafio contido na seguinte afirmação de Manuel Dias Duarte: "Devemos pois a independência nacional a uma mulher: a rainha D. Teresa, galaico-leonesa por nascimento" (2004:53)⁷. Este autor atribui, também, a independência de Portugal à política levada a cabo por D. Teresa, filha bastarda do rei de Leão, para consolidar o seu poder.

Em finais do século XIX, Francisco da Fonseca Benevides, na sua obra clássica sobre as *Rainhas de Portugal* (2007, 1878¹), destaca igualmente D. Teresa como uma das rainhas mais influentes na política em Portugal, atribuindo-lhe o lançamento das bases da independência de Portugal durante os catorze anos em que assumiu as rédeas do poder, após a morte do Conde D. Henrique. Este autor considerou-a, mesmo, a primeira rainha de Portugal, alegando que lhe foi atribuído esse título

⁷ Esta obra é sobretudo um exercício de perspetivação da História de Portugal (que o autor designa por *Portucália*) a partir das mulheres. Embora se baseie em ampla bibliografia, é uma obra de divulgação, acessível a um público não necessariamente especializado, aligeirando, assim, a forma de comunicação da informação, num registo nem sempre sustentado. Apresenta, todavia, uma abordagem estimulante e que pode servir de ponto de partida para o confronto com outras produções historiográficas mais académicas.

PROPOSTAS

em muitos documentos coevos. Este facto é confirmado por José Mattoso que refere o uso do título de *rainha* por D. Teresa, a partir de 1117, "sinal de que reivindicava, assim, os direitos que lhe cabiam como filha de Afonso VI, entre eles, possivelmente, o de governar como soberana uma parte dos Estados por ele deixados" (1993b:49), o que coincide com o reconhecimento por parte do Papa Pascoal II, que se lhe dirigira nos termos de «rainha Teresa» em carta datada do ano anterior, de acordo com o investigador Marsilio Cassotti (2008). O reconhecimento explícito da diferença de estatuto entre a mãe, Rainha Teresa, e o pai, Conde Henrique por D. Afonso Henriques está também inequivocamente documentado, como atesta a "Confirmação por D. Afonso Henriques da Carta de Couto outorgada à Sé de Braga por Afonso VII de Leão e sua mãe D. Urraca", de 1128, de que se reproduz um excerto exemplificativo (ver Documento de apoio A), no fim deste capítulo).

O facto de a Galiza não ter perdido a categoria de reino, nem quando o imperador Afonso VI a anexou ao trono de Leão e Castela, nem quando o rei Garcia morreu e passou a ser governada pelo conde Raimundo de Borgonha, justifica as pretensões de D. Teresa à plena soberania sobre aquele território.

A proteção do imperador Afonso VI a cavaleiros, monges e clérigos de origem francesa favoreceu a afirmação em território hispânico da Reforma Gregoriana e do princípio da sucessão agnática, ou seja, da sucessão reservada a descendentes do sexo masculino (e sancionada pela Lei Sálica). A primeira, como refere José Mattoso (2011), ao censurar o divórcio, a bigamia e o incesto, conflituou com hábitos comportamentais herdados de épocas anteriores, o que se refletiu no modo como alguns acontecimentos foram relatados em algumas fontes⁸. Acresce que a proclamação da superioridade do poder espiritual sobre o poder temporal proveniente de além-

“(...) na primeira metade do século XII peninsular, havia lugar para a representação historiográfica do poder como atributo e prerrogativa de uma mulher que o detinha por direito e o exercia em seu nome pessoal¹ – mesmo que essa representação pudesse ser, na sua substância, negativa. Se, por um lado, as crónicas manifestam as maiores reservas quanto à capacidade feminina para um tal desempenho, é evidente, por outro, que de forma alguma contestam a sua legitimidade. O que, aliás, em nada colidia com o costume autóctone, enraizado nas tradições de certas regiões do norte peninsular, que – em épocas mais ou menos remotas mas com reflexos na organização social das populações ainda nos finais da Alta Idade Média – parece ter feito incidir nas mulheres e na ascendência feminina as condições propiciatórias do uso do poder soberano. Nos primeiros séculos da Baixa Idade Média, contudo, estava já em curso a assimilação, entre a nobreza, do modelo de supremacia masculina fundada num estrito princípio de patrilinearidade, importado de além-Pirenéus. E em breve a hegemonia da nova estrutura familiar iria sancionar o triunfo da androcracia.

¹ Por contraposição a um poder delegado, registado em todas as épocas, exercido por uma rainha-mãe ou rainha-consorte em nome de uma personagem masculina circunstancialmente impedida de desempenhar a função régia que legitimamente lhe cabia.”

Maria do Rosário Ferreira, 2010:13.

⁸ A polémica em torno do casamento de D. Teresa com Fernão Peres de Trava é exemplo dos pontos de vista opostos assumidos pelas fontes sobre o divórcio e a possibilidade de recasamento em vida do cônjuge anterior. Sobre este assunto consultar José Mattoso (2011:44-46).

PROPOSTAS

Pirenéus foi decisiva na recomposição dos poderes aristocráticos e eclesiásticos regionais e na emergência de interesses políticos divergentes, como as rivalidades entre Braga e Compostela e entre nobres galegos e barões portugalenses, que contextualizaram a ação de D. Teresa. No respeitante à questão dos direitos sucessórios, as tradições no norte peninsular legitimavam as pretensões de D. Urraca e de D. Teresa como Maria do Rosário

Ferreira (2010) sistematiza (ver texto em caixa na página anterior) e Marsilio Cassotti (2008) ilustra com a referência ao protagonismo político e militar das antepassadas de D. Teresa (ver texto em caixa). Distinta era a tradição francesa seguida pelo Conde D. Henrique e, por isso, este, ainda em vida do imperador D. Afonso VI, o conde D. Henrique tinha-se recusado, com base nos princípios sucessórios vigentes no seu país de origem, a aceitar D. Urraca como rainha

“Por uma original mistura de factores étnicos, religiosos, políticos e jurídicos, que se deram na Península Ibérica durante a Idade Média, duas mulheres (...) alcançaram importantes quotas de poder: as rainhas Urraca de Leão e Castela e Teresa de Portugal, filhas do rei Afonso VI de Leão e Castela (1040-1109).

Mas se de Urraca se pode dizer que estava predestinada a herdar uma coroa, enquanto filha primogénita e legítima de um rei que teve só um filho varão que morreu na adolescência, no caso da rainha Teresa de Portugal nada no seu nascimento parecia chamá-la a tão alto destino (...).

Foi a segunda filha de uma nobre a quem o rei não pôde tomar por esposa por já ter uma. Casaram-na durante a infância com um príncipe sem herança, sexto filho de uma linhagem estrangeira. Ficou viúva antes de fazer vinte e cinco anos, com três filhos pequenos. E uma parte dos barões portugalenses tornou-a objecto da sua desconfiança, pois viam-na como um cavalo de Tróia dos interesses «galegos». Tudo isto no meio de constantes guerras civis entre potentados que tentavam utilizá-la para os seus próprios fins.

Pois bem, Teresa de Portugal saíria airosoamente de quase todos esses desafios.

Contudo, não parece ter recebido em troca o merecido reconhecimento da posteridade. (...)

Os historiadores preferiram centrar-se na figura do marido, o conde Henrique de Borgonha, em relação a quem a documentação portuguesa é mais escassa. Era um homem lúcido e com notáveis dotes militares que, dadas as circunstâncias, não se mostraria determinado a estabelecer um principado autónomo nas terras portugalenses até três anos antes de morrer. Algo muito diferente, segundo os documentos da chancelaria condal (uma das fontes principais desta obra), daquilo que se pode constatar no caso de Teresa, desde o momento em que, assim que ficou viúva, se responsabilizou pelo governo dessas terras, uma vez que centrou a maior parte das suas acções políticas na franja ocidental da Península.

(...) Teresa não foi uma princesa estranha instalada em terras que nada tinham a ver com as suas origens, descendente apenas de infantas navarras, «rainhas proprietárias» leonesas e, evidentemente, da mãe, a «mui nobre», enigmática, e «mui amada pelo rei», Jimena Muñiz, mas provinha também de uma antiga estirpe de mulheres originárias das terras a sul do rio Minho, rainhas bracarenses, povoadoras coimbrãs, fundadoras vimaranenses, condessas portugalenses, que ali tinham habitado desde o século VIII. Antepassadas directas que exerceram a sua influência em territórios que ela elevaria à sua mais alta expressão do ponto de vista político. Um *regnum* até então inexistente, em que pela primeira vez governaria uma mulher.”

Marsilio Cassotti, 2008:14-17.

PROPOSTAS

e sucessora do trono de Leão, desafiando a decisão tomada pelo imperador. Esta atitude, segundo José Matoso, valeu-lhe “a «ira d’el-rei», isto é, a rutura do vínculo de fidelidade para com Afonso VI, por ocasião das Cortes de Toledo no Verão de 1108, em que o velho rei, já doente, anunciou a sua decisão” (2011:31).

Este preâmbulo mostra a pertinência de associar D. Teresa à independência de Portugal. É refutável atribuir-se exclusivamente a D. Afonso Henriques a conversão do condado portugalense em reino autónomo, como se lê em alguns manuais, mercê de uma simplificação enviesada da realidade. A fundação do reino de Portugal foi, aliás, como adverte Maria do Rosário Ferreira, “um processo político que se desenrolou no tempo e não um acontecimento que tivesse tido lugar numa data precisa” (2013:21).

D. Teresa permite também exemplificar as formas de exercício do poder senhorial e do poder régio medievos no contexto ibérico, pela sua integração nos complexos jogos de poder que se travavam no noroeste peninsular, refletindo avanços e recuos do poder régio e dos processos de feudalização.

Após a morte do Conde D. Henrique, em 1112, D. Teresa assumiu o poder e praticou os atos próprios da sua função: concessão de cartas de foral e de povoamento quer a mosteiros, quer a concelhos, e comparência na Cúria Régia de Leão.

Como comenta Maria do Rosário Ferreira, “D. Teresa apoia-se numa sucessão genealógica que não excluiria as mulheres” e cita as

palavras que, segundo a *Primeira Crónica Portuguesa*, proferiu e que traduzem a conceção do direito sucessório em que se baseava: “Minha é a terra e minha será porque meu pai el rei dom Afonso ma deixou” (2011:63).

Prosseguindo a política de independência, encetada por D. Henrique após a morte do rei Afonso VI, cerca de três anos antes da sua própria morte, disputou e repartiu poder e territórios com a irmã, D. Urraca. Como afirma Marsilio Cassotti, “chegado o momento, Teresa não veria inconveniente em tomar as armas, demonstrando que tinha herdado a destreza militar de algumas antepassadas, mas por enquanto considerava mais útil usar meios não menos poderosos, com a concessão de valiosas terras” (2008: 131). Nessa consonância, manteve as fidelidades do marido através de favorecimentos, ganhou novas lealdades por meio de doações de bens e concessão de privilégios, alargando o seu círculo de apoio de nobres galegos a uma nova elite oriunda das suas terras.

Este círculo de apoio, porém, encerrava dois projetos antagónicos que D. Teresa foi obrigada a gerir: a autonomia de Portugal face à Galiza, propósito dos barões portugalenses, ou a reunificação entre Galiza e Portugal, defendida por famílias da alta nobreza galega, como os Travas. Já antes da morte de D. Afonso VI, D. Raimundo e D. Henrique tinham estabelecido um pacto pelo qual D. Henrique, em troca do reconhecimento de D. Raimundo como sucessor do Reino de Leão e Castela, receberia o reino da Galiza. A alteração das circunstâncias de sucessão de D. Afonso VI fez desvanecer o pacto, mas as duas irmãs, ambicionando, ambas, o domínio sobre a Galiza e Portugal, rivalizaram pelos territórios a sul e a norte do rio Minho. As disputas eclesiásticas foram outra das facetas de tensão política entre as duas irmãs,

PROPOSTAS

Em 1116, os exércitos de D. Teresa e do seu aliado galego, o Conde de Trava, impediram D. Urraca de submeter a Galiza ao seu poder, sitiando-a no Castelo de Sobroso, de onde ela conseguiu escapar retirando-se para Leão. Em 1120 D. Urraca invadiu Portugal e saqueou o território. D. Teresa, refugiando-se no Castelo de Lanhoso, acabou por aceitar a derrota. No ano seguinte, foi a sua vez de voltar a invadir terras a norte do rio Minho, conseguindo dominar Tuy e Orense e reinar sobre esses territórios.

centradas na autonomia ou dependência eclesiástica de Braga face ao arcebispo de Santiago de Compostela. Em 1114, D. Urraca consegue, através do arcebispo de Toledo, que o arcebispo de Santiago tornasse pública uma bula papal que suspendia o arcebispo da arquidiocese de Braga, D. Maurício, monge cluniacense anteriormente bispo da diocese de Coimbra. D. Teresa, aproveitando o facto de este último se encontrar em Roma, iniciou uma negociação direta com o Papa Pascoal II e conseguiu que este levantasse a suspensão. A autonomia do arcebispado de Braga viria a ser ainda abalada em 1118 e 1119 com os problemas que envolveram a sagração do novo arcebispo de Braga e a morte do Papa Pascoal II no contexto da querela das investiduras. No entanto, o Papa Calisto II, em 1122, apesar de ter colocado a maior parte das sedes da Península Ibérica sob a primazia do arcebispo de Toledo, manteve a autonomia de Braga e a respetiva tutela sobre um conjunto de igrejas

a sul e a norte do rio Minho. Procurando fazer coincidir a divisão eclesiástica com a divisão territorial, como era usual na época, o Papa confirmava, na prática, o domínio de D. Teresa sobre as terras que esta tomara pelas armas em 1121.

A par das disputas políticas no palco galego-leonês, D. Teresa manteve a frente de guerra a sul, contra os muçulmanos, que, além de ameaçarem permanentemente a linha do Tejo, avançaram em 1116 e 1117 para norte, com a nova ofensiva almorávida, obrigando à defesa de Coimbra, dentro de cujas muralhas a própria rainha foi obrigada a refugiar-se.

Em 1126 D. Urraca morre e o seu filho Afonso Raimundo é coroado rei de Leão e Castela como Afonso VII. O exército de D. Teresa volta a invadir os territórios a norte do rio Minho, mas, no mesmo ano ou no seguinte – as crónicas

não são coincidentes na data, como sublinha Maria do Rosário Ferreira (2013) –, **a rainha de Portugal e o rei de Leão e Castela assinam a paz de Ricovado, pela qual D. Teresa, em troca da cedência das terras conquistadas no sul da Galiza, teria**



Figura 2. Miniatura medieval.

Representa Teresa de Portugal (ao centro), sua filha Urraca Henriques (à direita) e Bermudo Peres de Trava (à esquerda). Manuscrito do mosteiro de Toxos Outos (Ramón Yzquierdo, 2012: 121).

PROPOSTAS

recebido do rei leonês o reconhecimento do título de rainha, categoria que ela já usava após ter sido como tal reconhecida pelo Papa, como acima se referiu, mas que nesta altura traduzia a irreversibilidade do processo de independência de Portugal.

Em finais de 1127, porém, D. Afonso VII invadiu Portugal e cercou Guimarães, pois D. Teresa recusava prestar-lhe serviço de vassalagem e insistia na soberania sobre o condado de Toronho. D. Afonso Henriques, armado cavaleiro em 1125 ou 1127, terá desempenhado um papel de relevo na organização da defesa da cidade (ver textos de José Mattoso em caixa).

A investigação historiográfica tem comprovado que não é verosímil que D. Afonso Henriques se tivesse armado a si próprio cavaleiro em Zamora, nem, tão-pouco, que tivesse entrado em conflito com a mãe antes de maio de 1127. José Mattoso (1993b) sustenta que, quer fosse em 1125 ou em 1127, Afonso Henriques teria sido armado cavaleiro, com o acordo de

“Em Setembro ou Outubro do mesmo ano [1127] [Afonso VII] percorria a Galiza e, segundo a *Historia compostelana*, tratou de submeter pela força sua tia D. Teresa, que, pelos vistos, se recusava a prestar-lhe os serviços de vassalagem e pretendia exercer autoridade não só sobre Portugal, mas também sobre o condado de Toronho.

Situa-se, decerto, nesta ocasião o cerco de Guimarães, que inspirou o episódio central da gesta de Egas Moniz, redigida século e meio mais tarde e que mostra Afonso Henriques como principal responsável pela resistência oferecida a Afonso VII durante a sua expedição a Portugal em Setembro ou Outubro de 1127, embora a referida gesta altere o sentido dos acontecimentos, ao pressupor uma autoridade pessoal do infante sobre o condado, quando ele apenas agia em nome da mãe.”

José Mattoso, 1993b:56.

“É verdade que o papel atribuído ao infante na defesa de Guimarães, ainda antes da Batalha de São Mamede, coloca um problema histórico de grande importância. De facto, temos de admitir que, se houve resistência à demonstração de força de Afonso VII, e se a cidade foi defendida pelo infante naquela data, este devia agir em nome de D. Teresa. Por outro lado, se Afonso VII invadiu Portugal nessa ocasião, foi, decerto, na sequência do pacto provisório assinado em Ricobayo, isto é, para resolver o problema da submissão de D. Teresa, até ali deixado em suspenso. Se é assim, porque é que o «imperador» não atacou antes D. Teresa e Fernão Peres, e depois se contentou com a homenagem prestada por Afonso Henriques? Com os elementos de que hoje dispomos para responder a esta questão, a única resposta lógica parece ser a seguinte: a rainha e o conde refugiaram-se em Coimbra ou Viseu para evitar a confrontação com o soberano e dificultar assim a travessia do seu exército através de uma longa extensão de terreno «inimigo»; ao confiarem a defesa de Guimarães ao infante criaram condições para ele decidir aceitar, ou não, o compromisso de vassalagem, mas não se comprometeram pessoalmente; o «imperador», por sua vez, podia contentar-se com a submissão simbólica do representante de D. Teresa, para sair com honra daquela confrontação, apesar da ambiguidade de um juramento aceite sem o acordo de quem, na verdade, devia prestá-lo.”

José Mattoso, 2011:59

sua mãe, provavelmente em Zamora, que pertencia ao senhorio de D. Teresa desde 1111 por concessão de

D. Urraca. Quanto ao segundo facto, toda a documentação de D. Teresa inclui, a partir de 1120 e até maio de 1127, a

PROPOSTAS

Um dos últimos atos políticos da rainha, secundada por nobres portugalenses e galegos, reflete claramente a sua visão estratégica. Trata-se do apoio e doação do Castelo de Soure à então recém-constituída Ordem Militar do Templo de Jerusalém, uma decisão que José Mattoso considerou “surpreendente pela sua precocidade, visto que, em março de 1128, os Templários não tinham ainda sido aprovados como uma ordem religiosa” (2011:82-83). A criação de um exército de monges era inédita na época.

confirmação de D. Afonso Henriques, pelo que até àquela data, de acordo com o mesmo autor, não há indícios de conflito entre mãe e filho.

Foi a partir do Cerco de Guimarães, em 1127, que D. Afonso Henriques se aliou claramente à nobreza de Entre Douro e Minho, que se tinha vindo a revelar desejosa de inviabilizar o projeto de D. Teresa de um reino que englobasse a Galiza e Portugal. Um grupo significativo de poderosos ricos-homens de Entre Douro e Minho e da região do Douro tinha deixado de figurar, desde 1122, como confirmante dos diplomas da rainha D. Teresa, o que revela que tinham abandonado a corte, e em 1125 verificou-se uma segunda vaga de deserções, ou seja, de quebras de homenagem, como descreve José Mattoso (2011:51-53). Face à revolta de D. Afonso Henriques e dos barões portugalenses, D. Teresa terá tentado obter o apoio de D. Afonso VII, encontrando-se com este em Zamora, em março de 1128. Afonso VII, todavia, percebendo que D. Teresa perdera capacidade para lutar pela soberania da Galiza e de Portugal e contando com a homenagem que lhe fora prestada por D. Afonso Henriques após o Cerco de Guimarães, terá considerado, segundo José Mattoso, que “era preferível não hostilizar o primo, de quem já tinha o juramento

de fidelidade, do que ajudar sua tia que reclamava parte dos seus Estados” (2011:63).

Em junho do mesmo ano, na Batalha de S. Mamede, as tropas de D. Teresa e do Conde Fernão Peres de Trava foram derrotadas pelas forças da nobreza do norte de Portugal encabeçadas por D. Afonso Henriques e este, nas palavras de José Mattoso, “apoderou-se da herança de D. Teresa pela força” (2011:66). D. Teresa e o Conde de Trava retiraram-se para a Galiza e a rainha morreu dois anos depois.

D. Afonso VII não se preocupou com o desenlace de S. Mamede. D. Afonso Henriques circunscrevia a sua autoridade ao Condado Portualense, não mostrava vontade de reclamar, como sua mãe, uma parte da herança de D. Afonso VII, prestara homenagem a este em 1127 e, até 1139, não usou o título de rei, mas tão-só o de príncipe ou o de infante¹⁰. A estratégia seguida pelo rei de Leão foi a de avançar para uma política imperial, à semelhança de seu pai, procurando,

¹⁰ O título de rei surge pela primeira vez num documento autêntico em 1140, de acordo com José Mattoso (2011:168).

PROPOSTAS

dessa forma, manter sob sua influência os reinos que se foram libertando da monarquia leonesa. Em 1135 foi coroado Imperador da Hispânia. D. Afonso Henriques, por seu lado, consolidou a partir dessa data e, sobretudo, a partir de 1147 a sua independência e a autonomia de Portugal face ao renovado contexto político imperial.

A pretensão pela posse de terras do sul da Galiza continuaria a ser reivindicada pelos seus descendentes, a par do alargamento das fronteiras para sul na guerra contra os muçulmanos, com base no facto de terem sido domínios de D. Teresa. Em diversos momentos, D. Afonso Henriques tentou integrar os condados de Toroño (entre a ria de Vigo e o rio Minho) e de Límia (Ourense) no reino de Portugal. Em 1162, D. Afonso Henriques exercia soberania sobre Límia e Toroño, situação que se manteve até 1165 com a negociação do tratado de paz com o rei de Leão, Fernando II, por ocasião da promessa de casamento entre aquele rei e Urraca Afonso, filha do rei de Portugal.

O papel político de D. Teresa não deve ser visto como um caso isolado ou excepcional na época. D. Mafalda/Teresa/ Matilde Afonso ¹¹, filha de D. Afonso Henriques e de D. Matilde de Mouriana, desempenhou um papel primordial na política nacional e internacional do seu tempo.

A nível interno destacou-se no povoamento do território, ação fundamental no contexto da *Reconquista*, e quando D. Afonso Henriques foi ferido e aprisionado em Badajoz, por Fernando II de Leão, ela era a segunda na linha de sucessão ao trono português. Maria Alegria Fernandes Marques assinala que "é no reverso do seu selo que se conhece a mais antiga representação das cinco quinas de Portugal, com os respetivos dinheiros, na disposição que hoje ostentam" (2011:23). Casada com o conde da Flandres, D. Matilde Afonso tornou-se detentora de uma imensa fortuna que, depois de

enviuvar, colocou ao serviço dos meandros políticos. Propiciou o casamento de seu sobrinho D. Fernando Sanches com D. Joana, herdeira da Flandres, e de sua sobrinha D. Berengária com o rei da Dinamarca. Interveio decisivamente na política da Flandres e, conseqüentemente, na rivalidade entre a França e a Inglaterra que marcava a trama político-militar daquele território.

Na geração seguinte, das filhas de D. Sancho I, encontramos também uma figura de grande relevo, D. Teresa Sanches, a mulher mais poderosa do reino de Portugal na primeira metade do século XIII.

Após a anulação do seu casamento com D. Afonso IX de Leão, voltou a Portugal e tornou-se uma das figuras mais ativas na oposição à afirmação do poder régio no contexto medieval. Encabeçou a aliança com suas irmãs no litígio com o seu irmão D. Afonso II sobre os bens patrimoniais doados por testamento por D. Sancho I a suas filhas mais velhas. Estas, advogando um poder senhorial forte, sustentavam a detenção de

¹¹ Segundo Maria Alegria Fernandes Marques (2011), D. Mafalda mudou o nome para Teresa após gorado o seu casamento com Raimundo de Barcelona. Tendo posteriormente casado com Filipe, conde da Flandres, alterou novamente o seu nome e tornou-se condessa-rainha Matilde da Flandres.

PROPOSTAS

plenos poderes jurisdicionais a título perpétuo sobre os bens patrimoniais herdados. O rei, porém, pretendia reforçar os seus direitos soberanos, mantendo inalienável a jurisdição sobre aqueles bens e reclamando que seu pai apenas concedera a suas irmãs o usufruto vitalício dos mesmos. A contenda traduziu-se em ações diplomáticas, que envolveram o clero e o Papado, e em confrontos militares. À medida que os anos foram passando, a causa de D. Teresa Sanches e de suas irmãs

foi perdendo força, mas a paz só foi firmada no reinado de D. Sancho II.

Sugere-se que sejam propostas aos e às discentes pequenas pesquisas sobre estas e outras infantas e rainhas portuguesas que proporcionem o enriquecimento do conhecimento comum sobre o papel das mulheres na vida política do Portugal medievo, através de apresentações orais, exposições ou outras vias de divulgação.

10.4.2.

PROPOSTAS

Quotidianos de trabalho

1. LINHA CONCEPTUAL

O trabalho atravessa o quotidiano das populações ao longo dos séculos. O dia-a-dia da grande maioria das mulheres, dos homens e das crianças (desde tenra idade) foi (e continua a ser) marcado por duras jornadas de trabalho de cujos resultados dependia (e depende) a sua sobrevivência.

O protagonismo conferido pelos conteúdos programáticos à esfera política e grandes empreendimentos expansionistas (em particular do ocidente europeu) determina uma perspetiva não só eurocêntrica, como centrada nas elites e personalidades de destaque. Esquecidas as massas, salvo em momentos fortuitos e, por isso, descontínuos, a informação que sobre elas se disponibiliza é escassa e simplificada.

Desta simplificação resulta a transposição para sociedades passadas de modelos oitocentistas ou novecentistas, veiculando caracterizações anacrónicas, e a homogeneização das camadas populares, em detrimento da diversidade intra e inter-regional,

acrescida das marcas próprias dos grupos profissionais de pertença, do sexo e da idade dos indivíduos, entre outras variáveis.

Insiste-se muito em clarificar a heterogeneidade das classes médias, a cuja ascensão se assiste ao longo do século XIX nos países mais industrializados, sublinhando o papel congregador desempenhado pela ideologia burguesa, mas o *povo miúdo* continua a ser uma noção cómoda para designar como um todo a população *grosso modo* assalariada e desfavorecida, das cidades e dos campos, ou seja, a maioria da população.

O trabalho e o modo como moldava o quotidiano das populações ao longo do tempo, caracterizando, nas suas diferenças e similitudes, a vida de homens, mulheres e crianças, permite que as e os jovens apreendam, de uma forma mais concreta, as sociedades passadas, tomando maior consciência da diversidade que caracteriza as sociedades humanas no espaço e no tempo¹².

¹² Os registos iconográficos para esta proposta, bem como para qualquer ponto do Programa, estão disponíveis em linha. Ver as referências constantes dos Recursos, no final deste capítulo.

PROPOSTAS

2. A TRANSVERSALIZAÇÃO DA PERSPETIVA DE GÉNERO NA ABORDAGEM DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO.

A proposta que se apresenta é a de aplicar aos conteúdos que versam a população, a organização social e o trabalho, ao longo dos três módulos do programa de 11º ano, uma perspetiva de género. Sugere-se que na abordagem de cada um desses conteúdos sejam desconstruídas ideias preconcebidas sobre o funcionamento das sociedades nos séculos XVII, XVIII e XIX.

Um dos anacronismos mais frequentes com que nos deparamos na análise das sociedades pré-industriais é o da domesticidade feminina, modelo legitimado no século XIX a partir da incorporação ideológica da conceção de mulher ideal defendida por Rousseau, e que, como já foi dito atrás, não encontra eco nas investigações históricas sobre as sociedades passadas.

Esta extrapolação abusiva escamoteia o carácter historicamente construído do paradigma da domesticidade, conferindo-lhe uma falsa existência a-histórica. Este paradigma foi reforçado no decurso do século XIX pela valorização da família, vista como baluarte da estabilidade social, na qual a mulher, idealizada como «anjo-do-lar», consumava os seus deveres conjugais e maternos.

Ao longo da segunda metade do século XIX, o papel de mãe e de educadora foi sendo cada vez mais enfatizado, assente no mito do *amor maternal*, também este criado em finais do século XVIII e generalizado na centúria seguinte,

PROGRAMA DE HISTÓRIA

11º ano

MÓDULO 4

UNIDADE 1

População da Europa nos séculos XVII e XVIII: crises e crescimento

UNIDADE 2

A Europa dos Estados absolutos e a Europa dos parlamentos

2. 1. Estratificação social (...) nas sociedades de Antigo Regime.

UNIDADE 3

Triunfo dos Estados e dinâmicas económicas nos séculos XVII e XVIII

- 3.1. Reforço das economias nacionais (...)

MÓDULO 5

UNIDADE 2

A revolução francesa – paradigma das revoluções liberais e burguesas

- 2.1. A França nas vésperas da revolução.

UNIDADE 4

A implantação do liberalismo em Portugal

- 4.3. O novo ordenamento político e socioeconómico (1834-1851) (...)

MÓDULO 6

UNIDADE 1

As transformações económicas na Europa e no Mundo

- 1.1. A expansão da revolução industrial (...) racionalização do trabalho e permanência de formas de economia tradicional.

UNIDADE 2

A sociedade industrial e urbana

- 2.1. A explosão populacional; a expansão urbana e o novo urbanismo; migrações internas e emigração.

Programa de História A, 10º, 11º e 12º anos, pp. 34-45.

PROPOSTAS

como sustentam diversas investigações na senda de Elisabeth Badinter (1980). Lembremos, neste contexto, os trabalhos de Philippe Ariès (1973), entre outras investigações da demografia histórica, que evidenciam que o próprio conceito de infância e de criança é historicamente recente (ver texto de Neves Pereira, em caixa). Nos vários setores das classes trabalhadoras as crianças de ambos os sexos começavam a trabalhar em idades precoces, mas os cuidados maternos também não estavam presentes nos grupos sociais privilegiados. A aristocracia entregava as crianças a amas-de-leite e a burguesia endinheirada adotou o mesmo procedimento nos séculos XVII e XVIII. Este costume viria a ser contrariado no século XIX, quando o amor materno é instituído como uma virtude inerente à *natureza feminina*.

A história da construção do amor maternal pode ser integrada facilmente na análise da passagem do modelo demográfico de Antigo Regime para o novo modelo demográfico a partir de meados de setecentos, articulando com a problemática da estratificação social (Módulo 4, Unidades 1 e 2.1).

Em Portugal, devido ao tardio e lento processo de industrialização, os

“No único aposento da casa, coberta de colmo esburacado ou telha vã, de rudes paredes de pedra sobreposta, por cujas fendas entra o frio e o vento, nasce, sem assistência de parteira, no mesmo catre bárbaro de noivado, a criança minhota. Uma hora antes de dar à luz, a mãe pôs ao fogo do lar a trempe de ferro com água para o banho. (...) No dia seguinte é o batizado. Quatro dias depois, a mãe aparece na eira com o filho ao colo. Passada uma semana, leva-o consigo para o campo ou para o monte. Durante dois anos, — às vezes mais, — lhe dá o seio. Já o pequeno come broa e ainda mama. Exposta às intempéries, ao calor e ao frio, ao sol e à chuva, como um animalzinho bravio nascido no monte, sob uma lapa, a criança ou sucumbe ou fortalece. As mais das vezes cria-se, resistente e forte, n’esse severo regime de seleção natural. Apartada do leite, é então invariavelmente abandonada à educação do próprio instinto. Aos cinco anos ensinam-lhe rezar. Aos sete anos confiam-lhe a guarda dos bois. A criança passa já os dias no monte, solitária, pastoreando o gado. O monte é a sua primeira escola e quase sempre a única.”

F. Neves Pereira, 1909:283.

modelos de Antigo Regime persistiram até bem entrado o século XX, sobretudo no mundo rural, mais sujeito às longas invariabilidades, o que permite trabalhar as características da economia pré-industrial e as suas permanências ao longo do processo de industrialização e que constituem objeto de estudo do Módulo 4, Unidade 1.e 3.1. e do Módulo 6, Unidade 1.1. Para além das informações que se disponibilizam seguidamente, as descrições disponibilizadas em caixa ilustram essas situações.

A associação anacrônica das mulheres à domesticidade

determina, também, que se represente o trabalho das mulheres ao longo da história ligado, exclusiva ou predominantemente, a tarefas do foro doméstico, mesmo quando se reconhece que ‘as mulheres sempre trabalharam’, para usar o título de uma obra de Sylvie Schweitzer (2002). A produção historiográfica, resultante de inúmeros trabalhos monográficos locais e regionais, tem revelado que o trabalho das mulheres nas sociedades de Antigo Regime, por exemplo, implicava mobilidades geográficas, muitas vezes definitivas e de longas distâncias, ou migrações sazonais, entre outras situações que em nada correspondem ao

PROPOSTAS

“Família – é o grupo de pessoas, parentes ou não, que residem usualmente na mesma habitação, vivendo em comum, na dependência de um mesmo chefe. Os serviçais são, pois, considerados como fazendo parte da Família. Uma pessoa vivendo só, em habitação separada, é considerada como uma *Família*.”

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

modelo de domesticidade. Num artigo de 1986, José Gentil da Silva descreve a relação das mulheres com o trabalho em Portugal, entre os séculos XVI e XIX, apresentando dados qualitativos e quantitativos muito elucidativos da multiplicidade e da importância das atividades exercidas pelas mulheres.

Na sociedade de Antigo Regime, a família era uma unidade económica produtiva. Era a coabitação que definia a família, independentemente dos laços consanguíneos entre os seus elementos.

A noção de família que habita as nossas representações atuais não é, pois, aplicável àquela época. A sobrevivência do agregado familiar dependia do trabalho de todos os seus membros, homens, mulheres e crianças. Raparigas e rapazes começavam a trabalhar muito cedo, fosse nas fainas agrícolas, fosse nas oficinas. Mesmo em finais do século XIX, a definição de família que aparece no Censo de 1890, mostra que a família nuclear ainda estava longe de se afirmar como preponderante no contexto nacional (ver texto em caixa).

Os sistemas familiares de residência, bem como de transmissão de bens, não eram os mesmos em todas as zonas da Europa e, no interior de cada país, as variações entre províncias ou a coexistência de modos distintos

no interior da mesma região foram comuns. Os princípios jurídicos foram ou não adotados pelas populações de acordo com as suas condições socioeconómicas. A transmissão da herança ao primogénito varão foi adotada em algumas regiões, noutras predominou a partilha igualitária dos bens entre todos os filhos e noutras predominou a designação de uma rapariga para na casa suceder aos pais. Segundo Alain Collomp "esta ausência de «preferência masculina» é muito frequente em várias zonas do sudoeste da Europa" (1990:531), ou seja, na Península Ibérica, em particular nas regiões do norte de Portugal e na Galiza.

“AVE-MARIAS

(...)

Vazam-se os arsenais e as oficinas;
Reluz, viscoso, o rio, apressam-se as obreiras;
E num cardume negro, hercúleas, galhofeiras,
Correndo com firmeza, assomam as varinas.
Vêm sacudindo as ancas opulentas!
Seus troncos varonis recordam-me pilastras;
E algumas, à cabeça, embalam nas canastras
Os filhos que depois naufragam nas
tormentas.
Descalças! Nas descargas de carvão,
Desde manhã à noite, a bordo das fragatas;
E apinham-se num bairro aonde miam gatas,
E o peixe podre gera os focos de infeção!”

Cesário Verde, 2009, 18871: 79-80.

PROPOSTAS

Na sociedade pré-industrial não era a remuneração ou o local de realização que determinava se o trabalho era ou não produtivo. Qualquer atividade efetuada por cada elemento da família e que revertesse para a sua subsistência era considerada trabalho.

Existia divisão sexual do trabalho, que variava em função das regiões e dos contextos socioprofissionais, mas as atividades realizadas por cada um dos sexos eram valorizadas como produtivas. O trabalho de todos os elementos da família era imprescindível para a sobrevivência desta num contexto de incipiente tecnologia e de baixa produtividade. A elevada percentagem de recasamentos por morte do ou da cônjuge ao longo da idade moderna evidencia a impossibilidade de um homem ou uma mulher sobreviverem sozinhos, sobretudo com filhos a cargo (ver texto de Neves Pereira em caixa).

Ser boa trabalhadora era um requisito essencial nas escolhas matrimoniais das classes populares. A compleição robusta e sadia das mulheres

As mulheres cavavam, sachavam, mondavam, ceifavam, conduziam juntas de bois, limpavam caminhos, carregavam à cabeça água, leite, fruta, peixe, lenha, roupa, cestas da vindima... elas eram salineiras, sargaceiras, estivadoras, lavadeiras...

era valorizada numa sociedade na qual a divisão sexual das atividades laborais não dependia da respetiva rudeza. Em finais do século XIX, em muitos países, a mulher que não concorria para o orçamento familiar continuava a ser malvista nos meios operários e pequeno-burgueses, que contrapunham a mulher ativa à mulher preguiçosa. As tarefas de produção e de manutenção desempenhadas pelas mulheres não correspondem à associação estereotipada das mulheres à fragilidade. Seja no mundo urbano, seja no mundo rural, o trabalho

feminino permanece pesado exigindo aptidões físicas adequadas, como mostram o excerto do poema de Cesário Verde, de 1880, e os textos de Ana de Castro Osório (1905), reproduzidos em caixa, respetivamente, na página anterior e na seguinte, e de Amílcar Sousa (1906) (ver Documento de apoio B), no fim deste capítulo).

O número de elementos de cada família tinha de garantir um equilíbrio entre as necessidades e os condicionamentos produtivos da unidade (por exemplo, a dimensão da oficina, da

“É tão raro ficar um lavrador ou lavadeira sem casar como haver moço que não lute tenazmente, com as energias do desespero, para se furtar ao tributo do sangue. O casamento é no Minho a base essencial da independência. Moço ou moça que não case fica condenado a servir toda a vida ou a trabalhar a jornais. Toda a economia social desta vasta província portuguesa assenta sobre a constituição da família. (...) Desde o nascer do dia até noite fechada trabalham ambos no campo ou na eira. À noite, até altas horas, a mulher fia, junto da lareira apagada, a teia com que há de fazer as primeiras camisas e os primeiros lençóis. O homem descansa da labuta do dia, ajudando a mulher a dobar o *fiado*.”

F. Neves Pereira, 1909:283.

PROPOSTAS

propriedade agrícola ou dos postos de trabalho assalariado disponíveis). Quando havia excesso de elementos, as ou os filhos eram enviados para outras unidades familiares, por vezes de parentes residentes noutras regiões, por vezes vizinhos ou companheiros de profissão dos progenitores. Inversamente, quando o número de elementos da família era ou se tornava inferior às necessidades da mesma, esta acolhia jovens que pudessem reequilibrar a mão-de-obra familiar. Como salienta Guilhermina Mota (1986), uma parte significativa da população dos séculos XVII e XVIII podia inserir-se em diferentes unidades económicas familiares e/ou integrar-se em distintos sectores de atividade económica. Muitas mulheres jovens empreendiam longas deslocações para trabalhar como jornaleiras agrícolas, como

aprendizas ou como criadas domésticas. O filme *A rapariga com Brinco de Pérola* permite explorar esta questão, ao mesmo tempo que proporciona uma boa reconstituição do ambiente de Vermeer e o contacto com a sua obra (ver Documento de apoio C), no fim deste capítulo.

No último quartel do século XIX e em inícios do século XX, ainda persistiam em Portugal mulheres almocreves que empreendiam, sozinhas, longas viagens. As rendas de bilros de Peniche, por exemplo, eram comercializadas por vendedores e vendedoras ambulantes que percorriam quilómetros até às praias da Figueira, Nazaré ou Foz do Douro, às termas das Caldas, entre outras, e às casas particulares de Lisboa e Porto, para fazer chegar aquele produto a uma clientela mais motivada e abonada para o consumo de

“Quantas vezes não ouvimos dizer: — que tal ou tal ofício não serve para a mulher, porque é pesado para a sua força, demasiado violento para a sua fraqueza orgânica?... E, no entanto, percorrendo as províncias do norte ao sul de Portugal, visitando as oficinas e as fábricas, não vemos que a seleção se dê pela força mas sim pelo salário.

Vimos no Porto, não há muitos meses, as mulheres carregarem com pesadíssimos materiais numa fábrica de cerâmica, enquanto ao lado, numa oficina alegre e arejada, alguns homens, muito comodamente sentados, ganhavam o seu jornal pincelando pratos no trabalho leve e material da estampilha, que sem dúvida caberia melhor às mãos delicadas da mulher. E à discreta manifestação da nossa invencível estranheza, percebemos que alguns murmuravam, num entredentes invejoso: — era o que faltava, mais essa concorrência!...

Logo, o homem não afasta a mulher da luta e do trabalho para a poupar a fadigas com que não possa, visto que a deixa carregar fardos, esfregar casas, trabalhar a qualquer hora da noite em que chegam os barcos de pesca, nas fábricas de conserva de peixe, quer de verão quer de inverno, molhada em salmoiras, com as mãos geladas, de pé, horas e horas consecutivas; que a deixa mondar, ceifar, fazer muitos outros serviços do campo, qualquer que seja o tempo, de ardente calor ou de frígido inverno... A mulher desempenha, em muitas terras das nossas províncias do norte, o serviço de estafeta, percorrendo a pé muitas léguas, carregada com pesos que o homem, certamente, não aguentaria sobre a cabeça. (...)

O homem vê isso e não se sobressalta nem indigna, porque são trabalhos que ele não quer para si, por mal remunerados.”

Ana de Castro Osório, 1905:246-248.

PROPOSTAS

produtos de luxo. Os ranchos de trabalhadores e trabalhadoras, que migravam sazonalmente para trabalhar nas fainas agrícolas, estão documentados desde, pelo menos, o século XV aos nossos dias¹³. Este contexto afigura-se importante para conferir historicidade aos movimentos migratórios abordados na Unidade 2.1. do Módulo 6.

"Aagitadoras notórias", nas palavras de Arlette Farge (1994:553), as mulheres estiveram no centro das revoltas populares que abalaram a Europa entre os séculos XVI e XVIII.

Este contexto é importante para se compreender a participação das mulheres nos acontecimentos da Revolução Francesa de 1789, a sua presença massiva nas ruas, a Marcha das Mulheres a Versalhes, as suas reivindicações nos *Cahiers de Doléances* e a *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã* de Olympe de Gouges (Módulo 5, Unidade 2.1.). O assunto pode ser retomado quando se abordar a Maria da Fonte (Unidade 4.3. do mesmo módulo). As mulheres estiveram presentes em quase todas as revoltas da época moderna e dos períodos das revoluções e, embora tivessem sido maioritárias nas rebeliões alimentares, participaram ativamente em motins religiosos, antifiscais e políticos. Elas aparecem na primeira fila, ou instigam e arrastam os homens, numa reação imediata a situações que colidem com o normal funcionamento do quotidiano, seja o aumento de preços ou de impostos, seja a introdução de novas leis

que alterem costumes ancestrais ou que reduzam os poderes de estruturas locais ou profissionais. A mobilização rural, espontânea e contagiante que caracterizou a Maria da Fonte, enquadra-se nesse registo, mesmo que tenha sido seguidamente enquadrada politicamente¹⁴. O que é significativo no nome, corresponda ou não a uma mulher concreta, é que ele evoca simbolicamente um dos espaços dominados pelas mulheres, porque associados às suas tarefas quotidianas. Elas dominam os espaços da água, as fontes, os lavadouros, os rios... elas transportam e lavam.

O mundo dos ofícios pré-industriais não era exclusivamente masculino. As mulheres desempenhavam um papel central no funcionamento dos ofícios, cuja manutenção assumiam em caso de viuvez.

Integradas desde a infância nas atividades produtivas do ofício, este continuava a marcar a sua vida depois do casamento devido à endogamia socioprofissional, o que lhes proporcionava o saber especializado necessário para poderem gerir e dirigir as oficinas (ver texto de Catherine Hall em caixa).

“Só as pessoas ricas podiam permitir-se não fazer trabalhar a mulher. A mulher do rendeiro tinha a seu cargo a leitaria; a mulher do negociante ocupava-se do estabelecimento ou da contabilidade; a viúva de um fabricante podia retomar a empresa por morte do marido.”

Catherine Hall, 1990: 62-63.

¹³ O trabalho de António Oliveira (1995) apresenta informação desagregada por sexo sobre os movimentos migratórios internos entre 1500 e 1900 em Portugal.

¹⁴ A interpretação dos factos associados à Maria da Fonte e ao alargamento regional do movimento tem suscitado muitas polémicas que não se considerou oportuno discutir neste contexto.

PROPOSTAS

Durante o processo de industrialização as mulheres continuaram integradas nas diversas atividades produtivas. No último quartel de oitocentos, a legislação portuguesa, por exemplo, não excluía as mulheres, incluindo as casadas, da propriedade e da atividade comerciais. Lopes Praça, baseando-se no Código Comercial, afirmava que "quando uma mulher, proprietária de um estabelecimento comercial contrair matrimónio, o facto do casamento não altera os seus direitos e obrigações relativamente ao comércio e gestão que dele depende" (2005, 1872: 266). Analisando os dados de uma contribuição extraordinária aplicada em Portugal, em 1808, José Amado Mendes (1986) verificou que, no *termo* de Coimbra, as mulheres representavam 32,7% dos contribuintes e que, das mulheres registadas, 30% dedicava-se ao comércio e 70% à indústria.

Apesar do progressivo dinamismo do mundo urbano, sobretudo no século XIX, com o processo de industrialização, a maior parte da população permaneceu rural até finais do século XIX em muitos países ou regiões da Europa. É o caso de Portugal, que em 1890

A multiplicidade dos trabalhos realizados pelas mulheres, que podem conciliar atividades de produção e de prestação de serviços, tal como trabalhar, no mesmo dia, fora e dentro de casa são outras características reveladas pelas pesquisas, o que levou a historiadora Pat Hudson (1997) a comentar as semelhanças entre o tipo de economia familiar pré-industrial e os modelos atuais.

registava cerca de 60% da população ativa no setor primário e em 1940 ainda registava uma percentagem próxima dos 50%.

É preciso não esquecer que a industrialização assentou, desde o seu início, numa pluralidade de mercados de

trabalho. Aumentavam as manufaturas e fábricas, persistia uma multiplicidade de estabelecimentos produtivos oficinais, a produção ao domicílio foi incrementada e surgiram inúmeros serviços exigidos pelas novas formas de organização social e do trabalho. Estas duas últimas modalidades estavam sobretudo a cargo das mulheres e representavam uma percentagem muito significativa dos proventos familiares. As mulheres inseriram-se, massivamente, em inúmeros ramos da

economia informal e esta, quer gerando novas atividades, quer integrando outras mais tradicionais, perdurou como elemento constitutivo do próprio sistema capitalista. Em vários países, como a Grã-Bretanha, a Alemanha, a França, a Espanha e Portugal, determinadas indústrias feminizaram-se, particularmente as têxteis, do vestuário, da alimentação e do tabaco. Teresa Salgado (1982) salientou, aliás, que nas três indústrias de ponta em Portugal na segunda metade do século XIX, têxtil, tabaco e papel, predominava a mão-de-obra feminina, a qual era proveniente do Norte e Beiras interiores.

As migrações (internas e externas), muitas vezes apresentadas como fenómenos predominantemente masculinos, também envolveram as mulheres e estas foram maioritárias em determinadas zonas e

PROPOSTAS

regiões europeias, dependendo das respetivas características socioeconómicas e das estratégias adotadas pelas populações.

Em Espanha, na região da Biscaia, estudada por Rocío García Abad e Arantza Pareja Alonso (2002), onde a preponderância do sector siderúrgico foi propícia a uma imagem de forte masculinização do mercado laboral e, portanto, da estrutura demográfica, entre 1880 e 1890, cerca de cinquenta por cento das deslocações verificadas eram de mulheres. As distintas ofertas de trabalho, ocasionando migrações de mulheres ou de homens, determinaram a criação de «cidades de homens» e «cidades de mulheres». A cidade de Bilbao foi um dos casos em que se registaram maiores entradas de mulheres, dado que nela as mulheres podiam encontrar trabalho no serviço doméstico ou como jornaleiras nas atividades portuárias de carregamento e de sirgagem, ou ainda, no fornecimento de serviços pessoais como lavar, engomar, coser, limpar, cozinhar, etc. A análise comparativa entre Lisboa e Porto, realizada por Virginia Baptista (1999) a partir dos recenseamentos da população, revela também uma certa disparidade demográfica. Em 1890, a capital era maioritariamente masculina (cerca de 51%), enquanto na cidade invicta predominavam as mulheres (cerca de 52%). A nível nacional, João Evangelista sublinhou o progressivo aumento da percentagem

feminina no movimento migratório a partir de 1890: 12,4% entre 1879 e 1890; 20% de 1891 a 1900 e de 1901 a 1911; 30,6% de 1912 a 1920 (1971:125-126). Também em determinadas regiões de Inglaterra, segundo Pat Hudson, a migração de mulheres, sobretudo jovens, para as cidades, à procura de emprego, revelou-se, também, mais elevada do que a dos homens. Esta diversidade de situações pode ser facilmente referida na Unidade 2.1. do Módulo 6.

Sugere-se que para complemento e reforço desta abordagem sejam propostas, aos e às discentes, pequenas pesquisas sobre, por exemplo:

- a representação das mulheres trabalhadoras na arte dos séculos XVI a XIX;
- mulheres e homens migrantes no Portugal oitocentista;
- a vida das mulheres no tempo de Olympe de Gouges;
- o casamento e as relações familiares no século XVIII;
- camponesas e operárias no Portugal oitocentista.

Cada um dos temas que incide mais especificamente sobre a situação das mulheres poderá, por contraponto, conduzir uma pesquisa equivalente sobre os homens.

O retrato feito por Alfredo Mesquita (ver Documento de apoio D), no fim deste capítulo) da importância da designada zona saloia, que sustentava em alimentos e serviços a cidade de Lisboa, ilustra claramente a multiplicidade de atividades femininas nos alvares do século XX.

10.4.3.

PROPOSTAS

O século XX: entre a emancipação feminina e a legitimação das desigualdades

1. LINHA CONCEPTUAL

Com frequência se define o século XX como o século da emancipação feminina. Sustentam esta representação as figuras da *flapper* ou da *garçonne* de inícios do século XX, cujos corpos, libertados do espartilho, exibem uma moda de silhuetas fluidas e elásticas, de cabelos mais curtos, os conhecidos *Cabelos à Joãozinho*. Andar de bicicleta, praticar ténis e outros desportos tornaram-se atividades regulares das raparigas das classes médias urbanas ávidas de liberdade e independência.

O universo doméstico das famílias registou profundas alterações com a ligação progressiva das habitações às redes públicas de água, saneamento, gás e eletricidade com a conseqüente suavização das tarefas de abastecimento de água, lenha ou carvão e de despejo de águas sujas e excrementos, quotidianamente asseguradas na maior parte dos casos por mulheres. A energia elétrica proporcionou a entrada dos eletrodomésticos nos lares dos países ocidentais, suavizando as tarefas de manutenção doméstica e *taylorizando-as*, sobretudo a partir da década de vinte. Os ganhos em tempos de ócio e lazer propiciaram o incremento dos divertimentos. Veicularam-se modelos de aparência feminina

para consumo de massa, provenientes, em grande parte, dos Estados Unidos da América através, nomeadamente, das vedetas de cinema. A publicidade, utilizando estereótipos, também contribuiu para definir imagens visuais de feminidade. **As imagens de um novo tipo de mulher, ligada ao consumo, foram associadas a (e confundidas com) conquistas emancipatórias.**

As reivindicações pelo acesso à educação e a determinadas profissões, bem como pelo exercício do sufrágio e de cargos políticos constituem outros percursos emancipatórios das mulheres na viragem do século XIX para XX. A crença nas possibilidades de mudança marcou o início do século XX até à 1.ª Guerra Mundial. Este conflito (tal como, posteriormente, a 2.ª Guerra Mundial) tem sido frequentemente apresentado como um fator relevante da emancipação feminina no século XX. No entanto a historiografia não é consensual sobre este assunto. **A própria noção de emancipação feminina tem sido problematizada numa perspetiva de história relacional, pois a melhoria das condições de vida das mulheres deverá ser analisada em comparação com a melhoria, também registada, das condições de vida dos homens.** É nessa base que historiadoras como Anne-Marie Sohn (1995)

PROPOSTAS

e Rose-Marie Lagrave (1995) mostram que as desigualdades entre os sexos persistem após a Grande Guerra e a par da evolução positiva das condições das mulheres e dos homens (ver textos em caixa).

“No período entre as duas guerras, a mulher (...) conquista direitos no seio do casal, ao mesmo tempo que se aliena, como mãe e em nome da modernidade.”

Anne-Marie Sohn, 1995:144.

“O século XX define-se mais pela longa e lenta legitimação dos princípios de divisão sexual do mundo social, perpetuando ou reinventando formas subtis de segregação (...). E, no entanto, este século proclamou incessantemente a igualdade dos sexos, inscrevendo-a em letras de ouro nas leis, de tal modo que um bom número de observadores se inclinam para o classificar como libertador. (...) Agora as mulheres têm por si todas as leis, todas as escolas lhes estão abertas, estão integradas em toda a parte. Convencidas pela sua própria vitória, lutam pouco contra as formas larvares de desigualdade e contra o sexismo rasteiro, tanto mais legitimado a reproduzir-se quanto o faz a coberto dos discursos que proclamam a igualdade entre os sexos.”

Rose-Marie Lagrave, 1995: 505 e 541.

PROGRAMA DE HISTÓRIA

12^o ano

MÓDULO 7

UNIDADE 1

As transformações das primeiras décadas do século XX

1.1. Um novo equilíbrio global

- A difícil recuperação económica da Europa e a dependência em relação aos Estados Unidos.

1.4. Mutações nos comportamentos e na cultura

- As transformações da vida urbana e a nova sociabilidade; a crise dos valores tradicionais; os movimentos feministas.

1.5. Portugal no primeiro pós-guerra

- As dificuldades económicas e a instabilidade política e social; a falência da 1^a República.

2. RUTURAS E PERMANÊNCIAS NA VIDA DOS HOMENS E DAS MULHERES NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.

"Um novo equilíbrio global" é um título sugestivo para a abordagem da primeira unidade do módulo 7 sobre "As transformações das primeiras décadas do século XX". O título reporta-se à geografia política e à nova ordem internacional após a 1.^a guerra Mundial, incluindo a Sociedade das Nações, e aos problemas económicos de uma Europa arruinada pela guerra e dependente dos EUA. E no que respeita às relações entre mulheres e homens? Poderemos falar também de um novo equilíbrio nas relações entre mulheres e homens, nas esferas política e económica, que sustentem novos comportamentos e sociabilidades, conteúdos a abordar na subunidade 1.4.?

PROPOSTAS

Sugere-se uma abordagem dos conteúdos relativos às primeiras décadas do século XX que evidencie ruturas e permanências e distinga os seus efeitos na vida dos homens e das mulheres, cruzando, sempre que possível, com outras variáveis (classe social, etnia, ideologia política, ...). Uma renovação do olhar sobre a Primeira Guerra Mundial permitirá (re)dimensionar os percursos emancipatórios das mulheres sem necessidade de acrescentar conteúdos aos previstos na Unidade 1. A participação de Portugal na 1.ª Guerra Mundial permitirá alargar a análise à 1.ª República Portuguesa.

A Grande Guerra tem sido apontada como um fator da emancipação feminina com base no acesso das mulheres, durante o conflito, aos trabalhos deixados vagos pelos milhões de homens mobilizados para a guerra, à maior liberdade e responsabilidade alcançadas e à obtenção de direitos políticos no pós-guerra. A historiografia tradicional associou o processo de industrialização a uma quebra acentuada do trabalho feminino, com base nos dados fornecidos pelas estatísticas coevas, e perspetivou a 1.ª Guerra Mundial como um acelerador da entrada das mulheres no mercado do trabalho e, conseqüentemente, como um fator de emancipação feminina. A investigação mais recente, todavia, tem evidenciado a inconsistência daquela argumentação e tem revelado o efeito harmonizador daquele conflito sobre as relações entre os dois sexos (ver texto de Françoise Thébaud em caixa).

“Julho de 1914: está um lindo Verão e ninguém suspeita da iminência do drama. (...) A União Francesa para o Sufrágio das Mulheres (UFSF), com a força das suas 9000 aderentes, desejando convencer e proceder por etapas, lança nesse Verão uma petição nacional a favor da proposta Dussaussoy--Buisson, que permitiria que as mulheres francesas participassem nas eleições municipais de 1916. A CGT* prepara o seu congresso do Outono, em cujo programa, após o grande debate suscitado pelo caso Emma Couriau, verdadeira interdição profissional do meio livreiro às mulheres, está inscrita a questão do trabalho feminino.

Do outro lado da Mancha o lugar da mulher mudou igualmente sob o impulso de um movimento feminista mais radical que contesta a ideologia vitoriana das esferas separadas e da dupla moral sexual. Nos anos conturbados que precedem a guerra, a questão feminina surge no primeiro plano da discussão pública, antes do problema irlandês ou da agitação social. Fundada em 1903, no Lancashire, a Women's Social and Political Union (WSPU), que, adoptando a estratégia e o tipo de propaganda dos socialistas, conseguiu fazer do voto uma questão maior, em Inglaterra e noutros países, desagregou-se sob o efeito conjugado do ciclo violência-repressão e do autoritarismo das Pankhursts. No Verão de 1914, Christabel refugiou-se em França para escapar à prisão, mas a federação sufragista de Mrs. Fawcett, a National Union of Women's Suffrage Societies (NUWSS), apoiada por numerosos liberais e trabalhistas, revela a força das suas 480 sociedades e dos seus 53000 membros num imenso desfile nas ruas de Londres. 1914 teria podido ser o ano das mulheres, mas foi o ano da guerra, que veio repor cada sexo no seu lugar. (...) Estranho Verão, o de 1914, que separa radicalmente os dois sexos e ressuscita, após as lutas anteriores à guerra, uma certa harmonia sexual.”

Françoise Thébaud, 1995: 34-35.

PROPOSTAS

Nas últimas décadas, intensificou-se o debate conceitual, permitindo a análise historicamente situada da construção, evolução e ressignificação dos conceitos, logrou-se um melhor conhecimento dos critérios que presidiram à (re)elaboração dos instrumentos estatísticos e respetivas categorias, desde meados da centúria de oitocentos, e a história relacional, história das relações sociais de mulheres e de homens, tornou-se uma dimensão essencial da investigação histórica. A problemática historiográfica deslocou-se, então, do trabalho feminino para a divisão sexual do trabalho e para o modelo social de género que determinou o lugar que mulheres e homens passaram a ocupar face aos diversos tipos de trabalho e cujo valor social foi redefinido em termos dicotómicos: trabalho e não trabalho, ou, mais rigorosamente, o trabalho a que se atribui ou não se atribui valor económico¹⁵.

A releitura e o alargamento das fontes consultadas permitiram constatar que a industrialização implicou menos uma redução do trabalho das mulheres do que uma preceituação minuciosa da divisão sexual do trabalho, acompanhada por uma sexualização dos critérios de valorização e hierarquização económica e social das diversas funções.

Os índices de participação das mulheres, incluindo as casadas, em atividades remuneradas mantiveram-se elevados durante todo o século XIX e primeiras

décadas do século XX. Nas classes populares, a remuneração do homem adulto era manifestamente insuficiente, no século XIX, para prover o sustento da família e esta situação não se alterou nas primeiras décadas de novecentos, apesar de alguns aumentos registados nos salários masculinos, resultantes de reivindicações sindicais. Esta realidade mostra como, na prática, os ideais da domesticidade feminina e do homem como ganha-pão e sustento da família, adotados pelas classes médias, estavam longe de se ter generalizado à maioria da população, sobretudo em países, como Portugal, caracterizados por uma persistente fragilidade das classes médias.

A noção de «trabalhos de mulheres», ou de «profissões de mulheres», isto é, de sectores profissionais específicos para as mulheres, foi-se definindo, no século XIX, a par da afirmação da ideologia da domesticidade e da redefinição da noção de feminidade. O setor terciário é um exemplo paradigmático da criação de «profissões de mulheres», sobretudo para as classes médias. O comércio, os escritórios, as comunicações, a educação e a saúde foram outros sectores onde algumas atividades profissionais se feminizaram fortemente na viragem do século XIX para o XX. Jovens solteiras engrossaram, assim, as fileiras de dactilógrafas, telefonistas telegrafistas, empregadas dos correios, entre outras. Franqueou-se o acesso das mulheres a profissões que implicavam qualificações mais elevadas quando esses empregos se afiguraram como o prolongamento da sua missão feminina, como foi o caso da educação e da saúde, onde, de qualquer modo, elas se mantiveram na base da pirâmide, designadamente no ensino primário e na enfermagem.

¹⁵ Nem todas as atividades humanas que produzem bens ou serviços e/ou satisfazem as necessidades de uma comunidade ou garantem a uma pessoa determinados meios de sobrevivência são contabilizados para o Produto Nacional.

PROPOSTAS

Os empregos não são apenas uma fonte de remuneração. Funcionam como instituições sociais, conferindo uma determinada identidade social a que corresponde um estatuto preciso.

Michelle Perrot (1998) salientou que as chamadas profissões de *colarinho branco* evidenciaram, globalmente, uma segregação sexual do trabalho superior à verificada nas profissões de trabalho manual, dando lugar a novas codificações das diferenças entre os sexos com manifestas consequências discriminatórias.

Historiadoras, como Katherine Blunden (1982), Jane Lewis (1984) e Françoise Thébaud (1995), revelaram que não houve um aumento significativo do emprego feminino durante a 1.^a Guerra Mundial, mas uma reconversão profissional. **Em França, o recrutamento massivo de mulheres para a indústria pesada durante a guerra incorporou, essencialmente, empregadas domésticas, desempregadas de sectores de atividade afetados pela guerra e jovens em idade escolar. A entrada de donas-de-casa no mercado de trabalho não foi significativa.** Neste país, logo após o início do conflito, em 1914, o desemprego feminino foi elevadíssimo em setores como o têxtil, a confecção a as indústrias de luxo e atingiu, no conjunto da indústria e do comércio, cerca de 60% dos postos de trabalho existentes antes da guerra, segundo Françoise Thébaud (1995). Os níveis de emprego feminino antes da guerra apenas voltariam a ser atingidos em finais de 1916 e inícios de 1917 por efeito da deslocação das mulheres para as indústrias de guerra e

para as atividades económicas afetadas pela mobilização de milhões de homens para o combate. Na Alemanha, as mulheres foram deslocadas para os setores da metalurgia, eletricidade, química, material bélico e outras indústrias de apoio à guerra em detrimento dos setores femininos de produção.

Em Portugal, cuja participação na guerra foi tardia, distanciada geograficamente das zonas

de combate e, comparativamente, parca nos recursos humanos mobilizados, não houve necessidade de deslocar mão-de-obra feminina para os setores profissionais masculinizados.

É interessante, todavia, analisar os efeitos da guerra num dos setores fortemente feminizados da indústria portuguesa, o setor da indústria conserveira de peixe, no qual as mulheres mantiveram um peso de 70% a 80% da mão-de-obra até à 2.^a Guerra Mundial.

Na primeira década do século XX, as conservas de peixe eram o único produto com peso significativo nas exportações no setor industrial. A dinâmica deste sector na viragem do século deveu-se ao investimento de capitais estrangeiros, ligados ao mesmo ramo no país de origem, com destaque para a França. Face à escassez de sardinha nas costas daquele país, a sua abundância em águas portuguesas e os baixos salários praticados neste país afiguraram--se fatores bastante atrativos. Como sublinha Luisa Muñoz Abeledo (2012), procurava-se mão-de-obra feminina barata,

PROPOSTAS

“A indústria portuguesa das conservas estava ao rubro com o aumento da procura. A conservação de alimentos permitida pela esterilização era perfeita para alimentar os milhares de homens atirados para as trincheiras e, se vender para o estrangeiro já antes era uma realidade para os empresários, com a I Guerra Mundial o sector teve o seu arranque definitivo. (...) As conservas eram enviadas não só às tropas portuguesas que combatiam em África e na Flandres, mas também aos exércitos de países aliados contra a Alemanha. Inglaterra, França e Itália eram os principais destinos. (...)”

Fisicamente longe do conflito, a indústria aproveitava a oportunidade. A exportação – cerca de 90% era de sardinha, mas também incluía atum e outro peixe não especificado – passou de 25.794 toneladas em 1913, para 40.838 toneladas em 1919. Os dados disponibilizados pelo INE mostram ainda que, em valor, as vendas valiam 2484 contos um ano antes da guerra. Um ano depois do conflito, em 1919, tinham aumentado para 22.937 contos. Em 1920, as exportações de sardinha chegaram a valer 40.949 contos, mesmo que em quantidade o país tivesse exportado consideravelmente menos.”

Silva, Ana Rute, 2014.

pouco conflituosa e que possuísse uma qualificação informal que lhe advinha da prática tradicional da salga de peixe. O número de fábricas de conservas de peixe foi aumentando, totalizando 116 unidades em 1912, 85,5% das quais concentradas em Setúbal e no Algarve.

Nos anos da guerra, a possibilidade de obtenção de lucros imediatos, devido ao incremento da procura por parte dos países beligerantes, propiciou o aumento do número de fábricas não só

nas regiões do Algarve e de Setúbal, como no norte do país, sobretudo em Matosinhos que, nos anos vinte, atinge posição de destaque naquela região. Em 1923, existiam em Portugal cerca de 400 conserveiras e foram exportadas cerca de 53 000 toneladas de conservas de peixe. Os níveis elevadíssimos das exportações, sobretudo de conservas de sardinha, valorizaram ainda mais o peso deste setor de produção no conjunto das exportações nacionais (ver texto de Ana Rute Silva em caixa). Finda

a guerra, muitas fábricas fecharam devido à contração da procura, mas o setor manteve-se dinâmico, com uma produção de cerca de 34 000 toneladas nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial.

A atividade manteve-se fortemente feminizada (cc. de 95%) e, em 2013, de acordo com o Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares¹⁶, as 23 unidades conserveiras existentes permitiram igualar o valor histórico máximo de exportação de 1923. Em 2014, exportaram-se mais de 54 000 toneladas, segundo a *Datapescas* (nº103). As grandes alterações sofridas por este setor ao longo de mais de um século podem servir de fio condutor na abordagem dos problemas económicos de Portugal, prevista na unidade 1.5. A modernização proporcionada pelo progresso tecnológico levou ao encerramento de muitas dezenas de fábricas e ao desemprego de muitas centenas de mulheres, alterando profundamente as características da atividade conserveira e de muitas cidades e vilas costeiras. Esta temática pode ser retomada na unidade

16 Este Observatório foi criado pela Assembleia da República em 1997.

PROPOSTAS

3 do módulo 9, quando se analisam os desafios atuais do desenvolvimento económico nacional.

Nos países beligerantes, o esbatimento da dicotomia entre trabalhos femininos e masculinos durante o conflito e a valorização do trabalho feminino, entendido como ato patriótico, garantiu o funcionamento da economia e da máquina de guerra. **Finda a guerra, muitas mulheres foram impelidas a regressar aos seus setores profissionais anteriores ou, mesmo, ao lar. A ideologia da domesticidade feminina foi retomada com ardor e os paradigmas da mulher *dona-de-casa* e do homem *ganha-pão* sustentaram discursos e políticas. Face ao declínio da natalidade, a maternidade transformou-se no novo ato patriótico das mulheres.** Valorizou-se o trabalho doméstico, multiplicaram-se as escolas de economia doméstica e as poupanças efetuadas pelas

A Grande Guerra passou a ser interpretada pela historiografia como um período durante o qual as diversas forças sociopolíticas, sindicais, patronais e governamentais foram consensuais em alterar os parâmetros que estabeleciam os trabalhos próprios para cada sexo.

donas-de-casa na gestão dos gastos domésticos eram equiparadas, no discurso dominante, a rendimentos, escamoteando a efetiva dependência económica das mulheres face aos homens.

Apesar do quadro traçado, as mulheres passaram a integrar alguns setores da indústria moderna que tinham sido mecanizados durante o período da guerra e cujas tarefas se tinham tornado repetitivas e simples, podendo continuar a ser asseguradas por uma mão-de-obra mais barata. Foram os casos da metalurgia ligeira e da indústria elétrica, sobretudo em trabalhos não qualificados e repetitivos. O desenvolvimento do setor terciário, comércio e serviços públicos, por exemplo, abriu novas oportunidades de emprego para as mulheres mais qualificadas. As filhas da burguesia foram as que mais viram concretizadas as

suas reivindicações de acesso a empregos remunerados, que lhes conferiam uma certa autonomia económica e as libertavam da pressão da domesticidade imposta às mulheres da sua classe social.

Este é o contexto da lenta e difícil recuperação económica da Europa (unidade 1.1.) e dos novos comportamentos (unidade 1.4.) marcados pelas novas sociabilidades urbanas que refletem e escamoteiam, simultaneamente, os traumas sociopsicológicos provocados pela guerra, o enfraquecimento dos movimentos feministas e o advento de formas mais subtis de legitimação das desigualdades.

A segregação sexual do trabalho manteve-se ancorada na ideologia das esferas separadas, atrás referida¹⁷, e numa conceção de feminidade indissociável da função maternal das mulheres, como sublinha João Esteves (2010) (ver texto em caixa). Françoise

¹⁷ Ver texto introdutório às propostas.

PROPOSTAS

“Com a Guerra, o trabalho feminino foi incrementado e valorizado, mas sem alterações no plano remuneratório. As mulheres trabalhavam na agricultura, artesanato, indústria, comércio, eram criadas, era possível serem professoras e médicas, tendo sido a 1.ª República a abrir-lhe as portas do ensino superior, do funcionalismo, da advocacia e do notariado. Regina Quintanilha formou-se em 1913 e Aurora de Castro Gouveia abriu escritório de advocacia, em 1917, na Rua do Ouro, 101, 2.º esquerdo, acabando por fazer carreira como notária. Como consequência do conflito bélico, foi permitida, por intermédio de Norton de Matos, às mulheres a profissão de enfermeira de guerra mediante a frequência de um curso.

Embora se procurasse valorizar o trabalho feminino ao reivindicar-se a igualdade de instrução, de emprego e de salário, ou ao sublinhar a importância das tarefas desempenhadas, relacionando-as com o país e a Pátria, também é verdade que se veiculava a defesa de trabalhos e profissões que se pensava estarem mais de acordo com o seu sexo, como a enfermagem e o professorado, em nada incompatíveis com as tradicionais obrigações familiares e domésticas que as mulheres tinham de continuar a cumprir.”

João Esteves, 2010:25-26.

Thébaud (2005) sustenta que o pós-guerra, ao enaltecer o papel de mãe das mulheres e de guerreiro dos homens, vincou as diferenças entre o feminino e o masculino.

Um estudo interessante, de Jean-Yves Le Naour (2001), sobre os efeitos dos traumatismos da guerra na identidade masculina, enuncia como o prolongamento da guerra e dos sofrimentos a ela associados vão acalentando uma misoginia que se foi tornando cada vez mais violenta.

O orgulho inicial pelo porte de armas em defesa das mulheres foi sendo substituído, progressivamente, por uma sensação de inversão das relações de dominação. Rastejando nas trincheiras, confrontando-se com a morte anónima e sem glória, impotentes face ao desenrolar de um conflito cujo fim não conseguem vislumbrar, os homens começaram a sentir-se dependentes das mulheres, fosse das enfermeiras que, na retaguarda, cuidavam dos feridos, fosse das amadas que, de longe, lhes enviavam por carta o apoio afetivo de que necessitavam para resistirem dia após dia. Sentindo-se substituídos pelas mulheres

na economia e na condução das famílias, sofriam, ainda, com o tenebroso fantasma do adultério, um medo que ensombrecia ainda mais a vivência quotidiana. O autor conclui que os homens, traumatizados na sua masculinidade pela experiência da guerra, sentiram necessidade de reforçar o ideal da virilidade, o que se viria a traduzir num aumento do fosso entre os sexos. No que respeita à evolução dos direitos sociopolíticos, a Guerra despoletou um forte sentimento nacionalista que se traduziu numa união entre os sexos, remetendo para segundo plano as reivindicações das mulheres. Os movimentos feministas (e as suas internacionais) dividiram-se entre pacifistas e patriotas nacionalistas, mas quer para umas, quer para outras, a guerra tornou-se o tema prioritário da sua atuação. **A defesa dos direitos das mulheres – igualdade face aos homens no acesso à educação, ao trabalho e ao sufrágio – foi travada com o desencadear da guerra.**

Em Portugal, algumas dirigentes de Associações Republicanas feministas desdobraram-se em palavras e atos, logo em 1914, na defesa da intervenção na guerra. Nesse mesmo ano, foi fundada a Comissão Feminina Pela Pátria com o

PROPOSTAS

De acordo com João Esteves, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, pelo seu cunho nacionalista, “contribuiu para atenuar o papel das feministas como grupo de pressão, esvaziando as suas reivindicações no contexto «patriótico» (2010a:39).

objetivo de apoiar com agasalhos os soldados dos aliados. Em 1916, ano da entrada de Portugal na guerra, foi fundada a Cruzada das Mulheres Portuguesas (CMP), presidida por Elzira Dantas Machado, mulher do Presidente da República. A CMP angariou fundos para o Corpo Expedicionário Português, enviou agasalhos, cartas das madrinhas de guerra e outros bens aos soldados na frente de combate, obteve autorização do governo para fundar uma escola para a formação de enfermeiras destinadas ao apoio na retaguarda das zonas de combate, apoiou as mulheres e viúvas dos mobilizados, acolheu órfãos, implementou o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra, criou creches e casas de trabalho, entre outras iniciativas.

Em 1918, A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas tentou, através de uma petição ao poder político, obter de Sidónio Pais o acesso das mulheres ao sufrágio, mas sem êxito. Negado explicitamente o direito ao voto feminino pela lei eleitoral de 1913, em reação ao voto de Carolina Beatriz Ângelo nas eleições de 1911 para a Assembleia Constituinte, viria a

ser o Estado Novo a conceder, por iniciativa e interesse de Salazar, o voto às mulheres portuguesas. O lento acesso das mulheres portuguesas ao voto, fruto de uma «tíbia concessão», na expressão de Maria Reynolds de Sousa (2006), pode ser retomado nas unidades 2.5. do módulo 7 e 2.1. do módulo 8, sobre o Estado

Novo, e complementada na unidade 2.2. deste último módulo com o acesso pleno das mulheres ao sufrágio após a revolução de abril de 1974.

Em França, o país da Revolução setecentista pela Liberdade, Igualdade e Fraternidade, o exercício do direito ao voto pelas mulheres apenas se concretizaria em 1945. Um dos efeitos da guerra, segundo Françoise Thébaud, foi que o feminismo se tornou mais unívoco, reclamando-se "da diferença e da complementaridade dos sexos, exaltando com moralismo a maternidade, argumentando não com os direitos das mulheres, mas com as necessidades das mães, exigindo uma proteção específica para as trabalhadoras" (1995:87). Esta linha reivindicativa foi ao encontro das pretensões dos sindicatos, que pretendiam a devolução dos empregos aos homens regressados da guerra.

Em 1905, Ana de Castro Osório denunciava já, com grande lucidez, o modo como as associações sindicais apoiavam e usavam as leis de proteção do trabalho destinadas às mulheres para as banirem dos setores profissionais onde predominava a mão-de-obra masculina (ver caixa).

“Na luta pela vida o homem é impiedoso para a mulher, que não é a sua. A operária raro tem no operário um colega e um amigo; tem apenas um homem que a desmoraliza e que a despreza se os trabalhos são diferentes, que a odeia, se é o mesmo, valendo-se de tudo, até das leis protecionistas, como os tipógrafos franceses — que apelaram para a lei que proíbe o trabalho da mulher feito de noite, para as expulsar das tipografias em que se compõem os jornais matutinos.”

Ana de Castro Osório (1905:249).

PROPOSTAS

A segregação sexual do trabalho tornou-se mais codificada e acentuar-se-ia com a tônica protecionista do Estado Providência. A noção de empregos de mulheres, associados a atividades, quer repetitivas, quer sedentárias, define os empregos que os homens não devem querer para si ou devem abandonar por não se coadunarem com os traços da masculinidade.

Sugerem-se alguns temas para trabalhos de pesquisa a realizar por discentes:

- As organizações de mulheres e feministas em Portugal antes e depois da 1.ª Guerra Mundial;
- Portugueses e Portuguesas na 1.ª Guerra Mundial;
- Do pesadelo da guerra aos Loucos Anos 20;
- Desemprego, inflação e miséria: famílias em dificuldade na Europa do pós-guerra;
- Automóveis e eletrodomésticos: produção e consumo de massa nos «felizes anos 20»;
- Um sufrágio que tarda em ser universal;
- Novas formas de sociabilidade e de convivência entre os sexos.

Para uma abordagem mais aprofundada da evolução da segregação sexual do trabalho consultar o capítulo “Temas do Mundo Atual”, em especial o subcapítulo “Segregação sexual dos mercados de trabalho”.

Uma grelha de leitura semelhante poderá ser aplicada à 2.ª Guerra Mundial e período subsequente.

Pode ainda ser interessante retomar a problemática da segregação sexual no mercado de trabalho nos módulos:

- 8. "Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao início da Década de 80 – opções internas e contexto internacional", ponto 1.3. "A afirmação de novas potências";
- 9. "Alterações Geoestratégicas, Tensões Políticas e Transformações Socioculturais no Mundo Atual", pontos 1.2. "Os pólos do desenvolvimento económico" e 2.1. "Mutações sociopolíticas e novo modelo económico", recorrendo ao subcapítulo "Segregação sexual dos mercados de trabalho", no qual se apresentam modelos diferentes de segregação em função de distintos contextos geoculturais.

Ainda no módulo 9, sugere-se que na abordagem da unidade "A viragem para uma outra era", em particular dos temas "questões transnacionais: migrações, segurança (...)" se recorra ao subcapítulo "Tráfico de Seres Humanos" do capítulo Temas do Mundo Atual.

A análise de problemáticas transnacionais, como as das migrações e da segurança, beneficiará da consulta do capítulo “Temas do Mundo Atual”, em especial do subcapítulo “Tráfico de Seres Humanos”.

10.5

Desafios lançados... efeitos esperados

A curiosidade intelectual é uma atitude própria da profissão docente. Não há docente que não tenha adquirido uma predisposição especial para uma contínua atualização de conhecimentos e problematização do saber adquirido. Escasseia, todavia, o tempo de pesquisa para acompanhar a vastíssima produção historiográfica que resulta do trabalho de investigação de milhares de especialistas que trabalham em cada uma das áreas de especialidade da ciência histórica.

As e os docentes de história do ensino secundário são *docentes generalistas*.

Espera-se que dominem a história *mundial*, em especial a da Europa e a do contexto do *mundo ocidental*, expressão que recobre também os EUA e outras regiões que partilham de forma mais acentuada as respetivas características civilizacionais; que dominem a história nacional, regional e local; que dominem todas as épocas históricas, da Antiguidade aos nossos dias; que dominem todas as suas dimensões (política, institucional, económica, demográfica, social, cultural, da arte, das mentalidades...).

Procurou-se neste Guião introduzir um exercício de problematização do saber adquirido (na formação inicial e quiçá na formação contínua) e transmitido por manuais e outros materiais pedagógicos de apoio, bem como por variadas obras

historiográficas, relativamente à história das mulheres na sua relação com a história dos homens. Procurou-se, em suma, problematizar uma história que se mostra cega perante metade do seu objeto de estudo e que, por isso, não se limita a ficar incompleta, pois, como declara José Mattoso, "não só se escreveu só a metade, como esta metade não tem sentido algum sem o resto" (1993a:56).

A progressiva redução do desfazamento entre o conhecimento histórico produzido (que se encontra em permanente renovação) e o conhecimento histórico ensinado só é possível com o profissionalismo da classe docente, mas todo o empenho será insuficiente se não lhe forem disponibilizados recursos. Não cabia neste projeto proporcionar uma abordagem de todos os conteúdos programáticos numa perspetiva de género, mas tão-só apresentar alguns temas de reflexão, acompanhados de um conjunto de informações. Ao assumir um olhar mais sensível às formas de ocultação ou de deturpação do papel das mulheres na história, cada docente será impelida/o a procurar informação sobre a participação das mulheres em qualquer processo histórico e a analisar o impacto dos acontecimentos sobre cada um dos sexos.

“Entende-se o conhecimento histórico como decorrente de uma construção rigorosa, resultante da confrontação de hipóteses com os dados obtidos na pesquisa e na crítica exaustiva de fontes diversificadas, circunscritas num tempo e num espaço identificadas. Esse conhecimento decorre, portanto, da compatibilização de um registro descritivo com uma dimensão problematizante e explicativa, já que é, inquestionavelmente, interpretação de mudanças. Perfilha-se, assim, uma conceção de História abrangente das diversas manifestações da vida das sociedades humanas, sensível à interação entre o individual e o coletivo e à multiplicidade de fatores que, em diversos tempos e espaços, se tornaram condicionantes daquilo que hoje somos.

(...) os jovens, na fase de desenvolvimento em que se encontram durante a frequência deste nível de ensino, necessitam de referentes seguros que lhes permitam interpretar as realidades sociais que com eles interagem; que proporcionem fios de inteligibilidade entre as grandes questões nacionais e os problemas decorrentes de uma globalização cada vez mais envolvente; que se constituam como apoio para as escolhas que inevitavelmente terão de realizar. Importa, portanto, circunscrever áreas do conhecimento historiográfico que patenteiem aspetos significativos da evolução da humanidade e que integrem linhas de reflexão problematizadoras das relações entre o passado e o presente. Importa, além disso, mobilizar a diversidade de campos de observação, para tornar consciente a relatividade das escolhas efetuadas pela humanidade, fortemente inseridas num tempo e num espaço determinados.”

Clarisse Mendes (coord.), 2001-2002: 4.

Não se acrescentaram conteúdos novos ao programa, nem objetivos distintos. Revisitando a introdução ao programa (ver caixa), este sublinha, como elementos essenciais da conceção de história perfilhada, o rigor da construção histórica, a dimensão problematizante e explicativa, a interação entre o individual e o coletivo e a multiplicidade de fatores que influem no devir histórico. O texto destaca, ainda, o relevante papel formativo que a História cumpre junto

da população jovem, ao proporcionar *fios de inteligibilidade* da complexa sociedade atual.

Espera-se que as propostas de abordagem apresentadas, assentes num olhar sexuado sobre a realidade passada, concorram para *diversificar os campos de observação* e contribuam para uma ressignificação da evolução das relações sociais de mulheres e de homens.

DOCUMENTOS DE APOIO

Documento A

Confirmação por D. Afonso Henriques da Carta de Couto outorgada à Sé de Braga por Afonso VII de Leão e sua mãe D. Urraca, 1128

Em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, Ámen. Eu Afonso filho do Egrégio Conde Henrique e da Egrégia Rainha Teresa, neto do Rei Afonso Magno, a Santa Maria Bracarense e a ti Arcebispo Dom Paio e a teus sucessores que perpetuamente vierem sendo eleitos bem como aos clérigos que aí residem dou e concedo o couto que o Rei Afonso meu parente e a Rainha Urraca sua mãe e eu confirmamos em presença do Arcebispo Compostelano Dom Diogo e do Conde Dom Gomizones e do Conde Dom Rodrigo e de outros próceres a saber Paio Soares, Egrégio Moniones, Ermígio Moniones, Mendo Moniones, Rodrigo Bermudes. Efetivamente dou e concedo o couto assim limitado com a Vila que se chama Lapela como consta do registo do couto. [...] Mais ainda: dou e concedo a Santa Maria Bracarense a ti e a teus sucessores o Castelo que chamam Penafiel com os seus limites antigos e o Mosteiro de Arentim (?) e do mesmo modo o lugar [onde o Mosteiro está implantado]. [...] E todas as herdades de Santa Maria Bracarense aonde quer que sejam coutadas estejam com servos ou com juniores ou com homens livres que ao Rei pertencem. E como o Rei Afonso meu Avô deu ajuda para a construção da Igreja de Santiago do mesmo modo dou e concedo a Santa Maria Bracarense o dinheiro com que

se possa construir a Fábrica da Igreja. [...] E na tua Cidade de Braga que eu não tenha nenhum poder com tanto que essa seja a tua vontade e a dos teus sucessores. E quando eu tiver terra portuguesa conquistada, [dou e concedo] a ti e aos teus sucessores a tua cidade e a tua Sé e aquilo que a ela pertence – legando-te em paz sem controvérsia alguma. E dos bens da Igreja Santa Maria Bracarense e dos teus bens ou dos bens dos teus sucessores nada jamais exigirei ou por mim ou pelos meus mandatários sem a tua vontade ou sem a vontade dos teus sucessores. E esta doação faço-a a Santa Maria Bracarense e a ti e aos teus sucessores e aos teus clérigos por alma de meu Pai e pela salvação da minha alma e para que tu sejas o meu auxiliar. [...] Foi este instrumento feito no sexto dia antes das Calendas de Junho (27 de Maio). Era MCLXVI [1128 da era cristã]. Eu Afonso Infante esta doação pela minha mão corroboro. [...]

Fonte:

Arquivo Distrital de Braga - Archeevo |Universidade do Minho, PT/UM-ADB/DIO/MAB/043/000001, reprodução facsimilada e transcrição e tradução em ficheiro pdf disponível em linha em: <http://pesquisa.adb.uminho.pt/viewer?id=1532397>

DOCUMENTOS DE APOIO

Documento B

A Mulher Duriense

“(…) A casa onde vivem é mísera. Uma porta só. A cabeça toca no telhado baixo, que abriga pobres enxergas onde somente pousa a mancha de um lençol remendado. A um canto, uns potes de ferro constituem a lareira... da fome. (...) É na maior ansiedade que a mulher do Douro pensa no que há de dar de comer aos filhos (...). É a mulher que «estremadeira» a vinha desenlaçando-a dos paus onde se ostentam no outono as parras estioladas. É ela que faz os «capões» das vides podadas e os leva à cabeça para as «casas da lenha» onde no inverno alimentam as «braseiras» antigas quando o frio aperta e o vento sopra.

Mais tarde, é a mulher que aplica contra o maldoso «oidium» o enxofre salvador e o sulfato de cobre contra o «míldio» que atormenta as uvas ao nascerem. Era a mulher que acarretava a pedra para as paredes das plantações que talvez mais ninguém fará.

São as mulheres que levam à cabeça, em cestos, os estrumes fertilizantes para a velha terra empobrecida. São elas que decapitam as videiras, deitando nas cestas os cachos, quer doirados, quer negros, na grande e magnânima «Festa Vindimal». Tudo isto fazem trabalhando de sol a sol (...).

As mulheres do Douro vão lavar aos ribeiros ou aos tanques as roupas que a barrela, feita à noite com cinzas e água quente no «cortiço» branqueia e desinfeta deixando-a como a neve. (...)

As mulheres das «ranchadas» — as «montanheiras» colhem de dia, pelo sol de fogo, as uvas, favos de açúcar, e de noite, coristas no grande palco do lagar, de saias arregaçadas, «sovam» o vinho que lhes tingem as pernas nuas e roliças. (...)

Quando chega o Natal com as geadas e as neves, [a mulher do Douro] vai apanhar os bagos negros da azeitona que os homens com varas expulsam barbaramente das pobres oliveiras prateadas, que circundam cariciosas as vinhas esplendidas...”

Amílcar Sousa, “A Mulher do Douro”,
Ilustração Portuguesa, 1906:171-174.

DOCUMENTOS DE APOIO

Documento C

Rapariga Com Brinco de Pérola.

TÍTULO ORIGINAL: GIRL WITH A PEARL EARRING), PETER WEBBER, 2003, BASEADO NO ROMANCE COM O MESMO TÍTULO DE TRACY CHAVALIER. SINOPSE:

“Holanda 1665. Depois do pai ficar cego na sequência de uma explosão, Griet, uma jovem de 17 anos, é obrigada a trabalhar para ajudar a família. Torna-se então criada na casa do pintor Johannes Vermeer. Vermeer é um perfeccionista, que demora meses a terminar os seus quadros. Gradualmente, Griet torna-se a sua inspiração, a sua musa. Essa inspiração dará origem a um dos mais belos quadros do grande mestre holandês, a “Rapariga com brinco de pérola”, mas também a inúmeras perturbações familiares (Vermeer era casado) e pessoais. Scarlett Johansson e Colin Firth dão corpo aos protagonistas do filme – adaptado do “best-seller” da norte-americana Tracy Chevalier “Girl with a Pearl Earring” – com que o português Eduardo Serra está nomeado para o Óscar de Melhor Diretor de Fotografia.”

Cine Cartaz Público, disponível em http://cinecartaz.publico.pt/Filme/92893_rapariga-com-brinco-de-perola

DOCUMENTOS DE APOIO

Documento D

Os Saloios

“Lisboa encheu-se de gente que acorria de toda a parte do reino em busca de novas profissões, de novos ramos de negócio, de novos meios de vida. A sua população tornou-se densa, triplicaram as cifras do seu consumo, e nem um só dia o saloio deixou de abarrotar o seu mercado, ou de acolugar as canastras dos seus muitos vendedores ambulantes (...).

À faina acesa das culturas e colheitas, dos lagares e moinhos, em que via andar o seu homem, ajuntou a saloia a pequena indústria caseira, a cozedura do pão e dos bolos, os laticínios, a criação de galinhas, a lavagem da roupa, em que se tornou emérita. (...) Há um estribilho de descante muito deles que bate bem certo com o incessante virar e revirar que é toda a vida de um casal de saloios: É aquele estribilho que diz:

Ai agora viras tu / ai agora viro eu! /

Ai agora viras tu, / viras tu / mais eu!

E assim é. Labutam, como cantam, ao desafio e de sol a sol. (...)

(...) se um dia desaparecessem para sempre (...) os ranchos de saloias e saloios que em todos os dias que Deus deita ao mundo se largam por aí fora sobre o dorso do jumento

carregado com trouxas ou ceirões, ou acocorados sob o toldo em arco das carroças puxadas pelas grandes mulas e os possantes machos de pitorescos arreios, vindos da Terrugem e de Montelavar, De Almargem e Alcabideche, de Caneças ou Frielas, de Unhos e Camarate, para sempre quebrar-se-ia o encanto deste pedaço de terra portuguesa (...).

Deixem-nos vê-los sempre como ainda os vemos, subindo a calcada de Carriche, sobre os seus burrinhos, ambas as pernas bamboleando para o mesmo lado (...). Elas, com as saias fugidas da terra um palmo, de baetilhas alegres, os casaquinhos de chita clara, o maior e melhor lenço de ramagens caindo dos ombros em mantelete, cruzando as pontas à frente ou entalando-as no cós da saia, o lenço da cabeça duma cor unida e barra enramalhada, desatado sempre durante as caminhadas, atado logo, em nó solto sob o queixo à entrada na cidade. Eles, com a justa calça o a jaqueta de bombazina ou serrubeco castanho amarelado, a camisa de cavalim muito branco, a cinta negra ou roxa de mil voltas, negro o barrete quase sempre, ou algumas verde, orlado de vermelho... (...).”

Alfredo Mesquita “Os saloios”, *Ilustração Portuguesa*, 1909:630-635.

RECURSOS

a) Sítios web nacionais e estrangeiros

4000 years of women in Science, <http://www.astr.ua.edu/4000WS/4000ws.html> - "4,000 years of women in science, in technology and other altogether creative stuff! Did you know that? Science is a traditional role for women." (consultado em 20/03/2015).

Base de Dados em Estudos sobre as Mulheres, CEMRI, Universidade Aberta, https://www2.uab.pt/cemri_esm/ (consultado em 20/03/2015).

Base de Recursos Iconográficos. Mulheres, Género e Culturas (BRIMGeC), CEMRI, Universidade Aberta.

Biographies de femmes, Bibliothèque Nationale de France, http://signets.bnf.fr/html/categories/c_305biographies.html (consultado em 20/03/2015).

Coleção Fio de Ariana, Lisboa, CIDM/CIG <http://www.igualdade.gov.pt/index.php/pt/documentacao/publicacoes/793-colecao-fio-de-ariana.html> (consultado em 20/03/2015).

EIGE, Resource & Documentation Centre, <http://eige.europa.eu/rdc> (consultado em 20/03/2015).

Femmes et arts et lettres, Bibliothèque Nationale de France, http://signets.bnf.fr/html/categories/c_305femmes_arts.html, Bibliothèque nationale de France, (consultado em 20/03/2015).

Femmes et sciences, Bibliothèque Nationale de France, http://signets.bnf.fr/html/categories/c_305femmes_sciences.html (consultado em 20/03/2015).

Femmes Peintres, <http://www.femmespeintres.net/> (consultado em 20/03/2015).

Informação sobre algumas mulheres pintoras do século X a XX.

Grandes Mulheres da História, Remexendo o Passado, <http://professor-josimar.blogspot.pt/2011/03/grandes-mulheres-da-historia.html> (consultado em 20/03/2015).

Histoire des femmes, Bibliothèque Nationale de France, http://signets.bnf.fr/html/categories/c_305femmes_histoire.html (consultado em 20/03/2015).

International Museum of Women, <http://www.imow.org/> (consultado em 20/03/2015).

Masculinité, Bibliothèque Nationale de France, http://signets.bnf.fr/html/categories/c_305masculinite.html (consultado em 20/03/2015).

Mnemosyne, Association pour le développement de l'histoire des femmes et du genre, <http://www.mnemosyne.asso.fr/mnemosyne/> (consultado em 20/03/2015).

Recursos diversificados, incluindo exposições em linha.

SIEFAR - Société Internationale pour l'Etude des Femmes de l'Ancien Régime, <http://www.siefar.org/> (consultado em 20/03/2015).

Recursos sobre mulheres do Antigo Regime em França

Silêncios e Memórias, <http://silenciosememorias.blogspot.pt/> (consultado em 20/03/2015).

Informação muito rica sobre História das Mulheres em Portugal disponibilizada por João Esteves.

The Victorian Web, <http://www.victorianweb.org/index.html> (consultado em 20/03/2015).

Recursos sobre a época vitoriana.

UNESCO, Femmes dans l'Histoire de l'Afrique, <http://fr.unesco.org/womeninfrica/> (consultado em 20/03/2015).

Women in Science: 5000 Years of Obstacles and Achievements, SHIPS Resource Center, <http://www1.umn.edu/ships/gender/giese.htm> (consultado em 20/03/2015).

Women Watch, <http://www.un.org/womenwatch/> (consultado em 20/03/2015).

Women's International Center [WIC], http://www.wic.org/bio/idex_bio.htm (consultado em 20/03/2015).
Importante para consulta de Biografias

Women's History – Teacher Resources, Teacher Vision, <https://www.teachervision.com/womens-history/teacher-resources/6678.html> (consultado em 20/03/2015).

Women's Studies Encyclopedia, <http://gem.greenwood.com/wse/wselIntro.jsp>, (consultado em 20/03/2015).

RECURSOS

Women's Studies Resources, <http://bailiwick.lib.uiowa.edu/wstudies/history.html> (consultado em 20/03/2015).

WWW Virtual Library Women's History, <http://www.iisg.nl/w3vlwomenshistory/> (consultado em 20/03/2015).

Lista de instituições e organizações com informação relativa à História das Mulheres e de coleções de arquivos e de bibliotecas locais, fornecendo hiperligações para recursos disponíveis na internet sobre História das Mulheres em vários países do mundo.

b) Algumas coleções de registos iconográficos, disponíveis em linha

Arquivo Fotográfico da CML - <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/fundos-colecoes/colecoes-de-fotografia/>

Base de dados fotográfica da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian - <https://www.flickr.com/photos/biblarte/>

Biblioteca Digital da Biblioteca Nacional de Portugal - <http://purl.pt/index/per/PT/index.html>

Hemeroteca Digital da CML - <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

c) Para o acervo documental das bibliotecas escolares

ARIÈS, Philippe, DUBY, Georges (dir.) (1990-1992), História da Vida Privada, 5 vols., Porto, Afrontamento.

CASTRO, Zília Osório de, ESTEVES, João (dir.) (2005), Dicionário no Feminino (séculos XIX-XX), Lisboa, Livros Horizonte.

DUBY, Georges, PERROT, Michelle (dir.) (1993-1995), História das Mulheres no Ocidente, 5 vols., Porto, Ed. Afrontamento.

ESTEVES, João, CASTRO, Zília Osório de (dir.) (2013), Feminæ. Dicionário Contemporâneo, Lisboa, CIG.

MATTOSO, José (Coord. Coleção) (2010-2011), História da Vida Privada em Portugal, 4 vols., Maia, Círculo de Leitores.

MENDONÇA, Manuela (coord. da coleção) (2011), Rainhas e Infantas de Portugal, 32 vols., Vila do Conde, Academia Portuguesa de História/ QUIDNOVI.

PINTO, Teresa (coord.) (2010), Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República, Lisboa, CML.

RODRIGUES, Ana Maria, SILVA, Manuela Santos, SÁ, Isabel dos Guimarães (coord. da coleção) (2011-), Rainhas de Portugal, 18 vols., Círculo de Leitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*, Paris, Ed. du Seuil.
- AZEVEDO, Rui Pinto de (1958), *Documentos medievais portugueses. Documentos régios*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, Vol. I, Tomo I, pp. 111-112).
- BADINTER, Elisabeth (1980), *L'amour en plus. Histoire de l'amour maternel (XVIIe-XXe siècle)*, Paris, Flammarion.
- BAPTISTA, Virgínia do Rosário (1999), *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890-1940)*, Lisboa, ONG/CC da CIDM.
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca Benevides (2007, 1878'), *Rainhas de Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte (ed. facsimilada da edição de 1878).
- BLUNDEN, Catherine (1982), *Le travail et la vertu. Femmes au foyer: une mystification de la révolution industrielle*, Paris, Payot.
- CASSOTTI, Marsilio (2008), *D. Teresa. A primeira rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- CATROGA, Fernando (2001), *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.
- CHESNEAUX, Jean (1976), *Du passé faisons table rase?*, Paris, Maspero.
- COLLOMP, Alain (1990), "Famílias, Habitações e coabitações", in Philippe Ariès e George Duby, *História da Vida Privada*, Porto, Afrontamento, vol. 3, pp.501-541.
- Confirmação por D. Afonso Henriques da Carta de Couto outorgada à Sé de Braga por Afonso VII de Leão e sua mãe D. Urraca*, 1128, [Arquivo Distrital de Braga – Archeevo](#) |Universidade do Minho, PT/UM-ADB/DIO/MAB/043/000001, reprodução facsimilada e transcrição e tradução em ficheiro pdf, [em linha] disponível em <http://pesquisa.adb.uminho.pt/viewer?id=1532397> (acedido em setembro de 2015).
- COURTOIS, Luc, PIROTTE, Jean, ROSART, Françoise (1992), "Introduction. «Mes soeurs, si nous recommençons!»", in Luc Courtois, Jean Pirotte, Françoise Rosart (dir.), *Femmes et Pouvoirs. Flux et reflux de l'émancipation féminine depuis un siècle*, Louvain-la-Neuve/ Bruxelles, Collège Érasme/ Ed. Nauwelaerts, pp. 9-16.
- CRABBE, Brigitte et al. (1985), *Les femmes dans les livres scolaires*, Bruxelles, Pierre Mardaga Edit.
- DGRM (2014), *Datapescas*, nº103.
- DOSSE, François (1999), "L'École des Annales: Histoire d'une Conquête", in Jean-Claude Ruano-Borbalan (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, pp. 279-283.
- DUARTE, Manuel Dias (2004), *História de Portugal*, Vila Nova de Gaia, Ed. Ausência.
- ESTEVES, João (2010a), "Vivências na 1.ª República", in Teresa Pinto (coord.), *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República*, Lisboa, CML/BMRR, pp. 17-29.
- ESTEVES, João (2010b), "Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1.ª República", in Teresa Pinto (coord.), *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República*, Lisboa, CML/BMRR, pp. 31-40.
- EVANGELISTA, João (1971), *Um século de população portuguesa: 1864-1960*, Lisboa, CED-INE.
- FARGE, Arlette (1994), "Agitadoras notórias", in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.) (1993-1995), *História das Mulheres no Ocidente*, Porto, Ed. Afrontamento, vol.3, pp. 553-572.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia (2005), "Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia", *Didáctica de las ciencias experimentales y sociales*, nº18, pp. 5-24.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia (2010), "Género e historia una perspectiva didáctica", in María Josefina Clavo Sebastián & María Angeles Goicoechea Gaona (coord), *Miradas multidisciplinares para un mundo en igualdad*, Logroño, Universidad de la Rioja, pp. 147-176.
- FERNÁNDEZ VALENCIA, Antonia (coord.) (2001), *Las mujeres en la enseñanza de las ciencias sociales*, Madrid, Ed. Síntesis.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2010), "Urraca e Teresa: O Paradigma Perdido", *Guarecer on line*, nº8, [em linha] disponível em [http://filosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer\[1\].pdf](http://filosofia.up.pt/gfm/seminar/docs/Urraca_e_Teresa_Marsupio_Guarecer[1].pdf) (acedido em 15 de janeiro de 2015)
- FERREIRA, Maria do Rosário (2011), "Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência", *Cahiers d'études Hispaniques Médiévales*, 34, pp. 55-70.
- FERREIRA, Maria do Rosário (2013), "O reino de Portugal na *Chronica Adefhonsi Imperatoris*", e-*Spania* [em linha], 15, [em linha] disponível em <http://e-spania.revues.org/22317> (acedido em 15 de janeiro de 2015)
- FLAX, Jane (1987), "Postmodernism and Gender. Relations in Feminist Theory", *Signs*, nº 4, pp. 621-643.

- FRANÇA, José-Augusto (1996), *História, que História?*, Lisboa, Colibri.
- GARCÍA ABAD, Rocío, PAREJA ALONSO, Arantza (2002), "Servir al patrón o al marido. Mujeres con destino a la Ría de Bilbao durante la primera industrialización", *Arenal. Revista de historia de las mujeres*, vol.9, nº 2, pp. 301-326.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1971), *Ensaio IV. Humanismo Científico e Reflexão Filosófica*, Lisboa, Sá da Costa.
- HERNÁNDEZ SANDOICA, Elena (2004), *Tendencias historiográficas actuales. Escribir Historia hoy*, Madrid, Ed. Akal.
- HUDSON, Pat (1997), "Women and industrialisation", in June Purvis (ed.), *Women's History Britain, 1850-1945: an introduction*, London, UCL Press, pp. 23-49.
- KELLY-GADOL, Joan (1987), "The Social Relation of the Sexes: Methodological Implications of Women's History", in Sandra Harding (ed.), *Feminism and Methodology. Social Science Issues*, Milton Keynes, Open University Press, pp. 15-28.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy (1973), *Le territoire de l'historien*, Paris, Gallimard.
- LAGRAVE, Rose-Marie (1995), "Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX", in Georges Duby e Michelle Perrot, *História das Mulheres no Ocidente*, vol.5, Porto, Afrontamento, pp. 501-539.
- LANGUE, Frédérique (2006), "L'histoire des sensibilités. Non-dit, mal dire ou envers de l'histoire? Regards croisés France-Amérique latine", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, nº 6, [em linha], disponível em <http://nuevomundo.revues.org/document2031.html> (consultado em 23 de janeiro de 2015).
- LE GOFF, Jacques (1984), "Memória", "Documento/ Monumento", "História", in Ruggiero Romero (dir.), *Enciclopédia Einaudi*, vol.1, *Memória e História*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 11-50, pp. 95-106, pp. 158-259.
- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (dir.) (1977-1987), *Fazer História*, 3 vols., Venda Nova, Bertrand.
- LE NAOUR, Jean-Yves (2001), "« Il faut sauver notre pantalon ». La Première Guerre mondiale et le sentiment masculin d'inversion du rapport de domination", *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique*, 84, pp. 33-44, [em linha] disponível em <http://chrhc.revues.org/1866> (consultado em 21 de fevereiro de 2015).
- LEAL, Maria Ivone (1986), "Os Papéis Tradicionais Femininos: Continuidade e Rupturas de meados do século XIX a meados do século XX", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 2, Coimbra, IHES, FL-Universidade de Coimbra, pp. 353-368.
- LEWIS, Jane (1984), *Women in England, 1870-1950: Sexual Divisions and Social Change*, Sussex, Wheatsheaf Book.
- LOPEZ-CORDON CORTEZO, Maria Victoria (2006), "Joan Scott y la historiografía modernista en España: influencias y desencuentros", in Cristina Borderías (ed.), *Joan Scott y las políticas de la historia*, Barcelona, Icaria Ed., pp. 145-167.
- MARQUES, Maria Alegria Fernandes (2011), *D. Matilde, D. Teresa, D. Mafalda e D. Sancha. Primeiras Infantas de Portugal*, Vila do Conde, Academia Portuguesa de História/ QUIDNOVI.
- MATOS, Sérgio Campos (1990), *História, Mitologia, Imaginário Social. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.
- MATTOSO, José (1993a), "Introdução ao painel «Estudos sobre as mulheres em Portugal»", in AAVV, *Estudos sobre as Mulheres em Portugal*, Lisboa, CIDM, pp. 55-57.
- MATTOSO, José (dir.) (1993b), *História de Portugal*, vol.2, Lisboa, Ed. Estampa.
- MATTOSO, José (2011), *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Temas e Debates.
- MENDES, Clarisse (Coord.) (2001-2002), *Programa de História A, 10º, 11º e 12º anos. Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas. Formação Específica*, Ministério da Educação.
- MENDES, José Amado (1986), "A Mulher no Artesanato Coimbrão, ao tempo das Invasões Francesas", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 1, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, pp. 369-381.
- MESQUITA, Alfredo (1909), "Os saloios", *Ilustração Portuguesa*, II Série, pp. 630-635.
- MONTEIRO, Natividade (2010), "Pela Pátria e pela República. As Mulheres Republicanas e a 1.ª Guerra Mundial", in Teresa Pinto (coord.), *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República*, Lisboa, CML/BMRR, pp. 69-79.
- MOTA, Guilhermina (1986), "O Trabalho Feminino e o Comércio em Coimbra (sécs.XVII e XVIII). Notas para um estudo", in AAVV, *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, vol. 1, Coimbra, IHES – FLUC, pp. 351-367.
- MUÑOZ ABELEDO, Luisa (2012), "Actividad femenina en industrias pesqueras de España y Portugal

- (1870-1930)", *Historia Contemporánea*, nº 44, pp. 49-71.
- MUÑOZ FERNÁNDEZ, Ángela (2006), "Eran los bárbaros buenas personas? (A propósito de la Edad Media, la historia de las Mujeres y Joan Scott)", in Cristina Borderías (ed.), *Joan Scott y las políticas de la Historia*, Barcelona, AEIHM-Icaria Ed., pp. 101-138.
- NORA, Pierre (1999), "Les lieux de mémoire", in Jean-Claude Ruano-Borbalan (coord.), *L'histoire aujourd'hui*, Auxerre, Ed. Sciences Humaines, pp. 343-348.
- NUNES, Maria Teresa Alvarez (2007a), *Género e Cidadania nas imagens de História*, Lisboa, CIG.
- NUNES, Maria Teresa Alvarez (2007b), "Representações iconográficas de sujeito histórico: o que (não) vemos nas imagens de História", in José Vítor Pedroso et al. (coord.), *A dimensão do Género nos Produtos Educativos Multimédia*, Lisboa, Ministério da Educação, pp. 93-105.
- NUNES, Maria Teresa Alvarez (2008), "Género e representação visual em manuais de História", in Fernanda Henriques (coord.), *Género, Diversidade e Cidadania*, Lisboa, Ed. Colibri, pp.103-116.
- Observatório dos Mercados Agrícolas e Importações Agroalimentares, "Exportações de conservas de peixe igualam em 2013 máximo de 1923", [em linha] disponível em http://www.observatorioagricola.pt/noticia.asp?id_noticias=2116 (consultado em 20 de março de 2015).
- OLIVEIRA, António (1995), «Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900», in *Arquipélago — História*, 2.ª série, vol. I, n.º 1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 259-307.
- PEREIRA, F. Neves (1909), "Como vive e de que vive o lavrador do Minho", *Ilustração Portuguesa*, pp.283-286.
- PERROT, Michelle (1987), "Pratiques de la Mémoire Féminine", *Traverses*, nº 40, pp. 19-27.
- PERROT, Michelle (1998), *Les Femmes ou les Silences de l'Histoire*, Paris, Flammarion.
- PINTO, Teresa (coord.) (2001), *A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação. Perspectivas teóricas para práticas inovadoras*, Lisboa, CIDM.
- PINTO, Teresa (coord.) (2010), *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1.ª República*, Lisboa, CML.
- PINTO, Teresa, ALVAREZ, Teresa (2014), "Introdução: História, História das mulheres, História de género. Produção e transmissão do conhecimento Histórico", *ex aequo*, nº 30, 2014, pp. 9-21, [em linha] disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0874-556020140002&lng=pt&nrm=iso (consultado em 21 de janeiro de 2015)
- POMATA, Gianna (1993), "History, Particular and Universal: on Reading some Recent Women's History Textbooks", *Feminist Studies*, vol. 19, nº 1, pp. 7-50.
- PRAÇA, José Joaquim Lopes (2005, 1872?), *A Mulher e a Vida ou a Mulher considerada debaixo dos seus principais aspectos (Instrução Secundária)*, Coimbra, Livraria Portuguesa e Estrangeira, edição facsimilada, Lisboa, Colibri.
- PULEO, Alicia H., "Filosofia e género: da memória do passado ao projecto de futuro", in Tatau Godinho e Maria Lúcia Silveira, *Políticas públicas e igualdade de género*, São Paulo, Coordenaria Especial da Mulher/ Prefeitura do Município de S. Paulo, 2004, pp. 13-34.
- RODRIGUES, Manuel Ferreira, MENDES, José M. Amado, *História da Indústria Portuguesa. Da Idade Média aos nossos dias*, Mem Martins, AIP/PEA, 1999.
- ROUQUIER, Annie (2000), "La visibilité des femmes dans l'histoire enseignée", in *La place des femmes dans nos enseignements*, Académie Aix-Marseille, [em linha] disponível em http://www.pedagogie.ac-aix-marseille.fr/jcms/c_69622/fr/la-visibility-des-femmes-dans-l-histoire-enseigne (consultado em 30 de dezembro de 2014).
- SALGADO, Maria Teresa (1982), "Angelina Vidal: entre le socialisme et le féminisme", in AAVV, *Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle. Actes du Colloque (10-13 Janvier 1979)*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 307-318.
- SANTOS, Boaventura Sousa (2000), *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*, Porto, Afrontamento.
- SCHWEITZER, Sylvie (2002), *Les femmes ont toujours travaillé. Une histoire du travail des femmes aux XIXe et XXe siècles*, Paris, Odile Jacob.
- SILVA, Ana Rute (2014), "A I Guerra Mundial deu 'lucros! Muitos lucros!' À indústria das conservas", in *Público. 1914-2014. I Grande Guerra*, [em linha] disponível em <http://www.publico.pt/cultura/psilon/noticia/a-i-guerra-mundial-deu-lucros-muitos-lucros-a-industria-das-conservas-1668065> (consultado em 20 de fevereiro de 2015).
- SILVA, José Gentil da (1986), "A mulher e o trabalho em Portugal", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa – Visão Histórica e Perspectivas Actuais. Actas do Colóquio*, vol. 1, Coimbra, IHES – FL da Universidade de Coimbra, pp. 263-307.

- SILVA, José Gentil da (1984), "La mujer en España en la Época Mercantil: de la igualdad al aislamiento", in AAVV, *La mujer en la Historia de España (siglos XVI-XX). Actas de las II Jornadas de Investigación Interdisciplinaria*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, pp. 11-33.
- SOBRAL, José Manuel (1998), "Memória social e identidade. Experiências individuais, experiências colectivas", in CARDIM, Pedro (coord.), *A História: entre memória e invenção*, Mem Martins, Publ. Europa-América, pp. 35-60.
- SOHN, Anne-Marie (1995), "Entre duas Guerras. Os papéis femininos em França e na Inglaterra", in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol.5, Porto, Afrontamento, pp. 115-145.
- SOUSA, Amílcar (1906), "A Mulher do Douro", *Ilustração Portuguesa*, II Série, pp. 171-174.
- THÉBAUD, Françoise (1995), "A Grande Guerra. O triunfo da divisão sexual", in Georges Duby e Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, vol. 5, pp. 31-93.
- THÉBAUD, Françoise (2005), "Sexe et genre", in Margaret Maruani (dir), *Femmes, genre et sociétés. L'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 59-66.
- TORGAL, Luís Reis (1996), "História, divulgação e ficção", in Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo dos Leitores, pp. 491-545
- VAQUINHAS, Irene (2000), "*Senhoras e Mulheres*" na sociedade portuguesa do século XIX, Lisboa, Colibri.
- VAQUINHAS, Irene Maria (2003), "L'historiographie sur les femmes au Portugal: le XIXe siècle", in Gisela Bock e Anne Cova (dir.), *Écrire l'Histoire des Femmes en Europe du Sud: XIXe-XXe siècles/ Writing Women's History in Southern Europe: 19th-20th Centuries*, Oeiras, Celta, pp. 27-47.
- VERDE, Cesário (2009, 1880), "Sentimento de um Ocidental", in *O Livro de Cesário Verde*, Lisboa, Bertrand, pp.78-85.
- YZQUIERDO PERRÍN, Ramón (2012), "La Miniatura en Galicia en la Baja Edad Media", in M.^a del Carmen Lacarra Ducay (Coord.), *La miniatura y el grabado de la Baja Edad Media en los archivos españoles*, e-book, Institución «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), Zaragoza, pp. 103-156, [em linha] disponível em <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/30/ebook.pdf> (consultado em 30/01/2015).